



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM ESTUDOS DO GÊNERO E DIVERSIDADE

MANOEL DE MELO E CASTRO NETO

**CIDADANIA E CONSCIÊNCIA NEGRA NO PRÉ- VESTIBULAR
QUILOMBO ILHA DE VERA CRUZ – BA (2006/2015): CONSTRUINDO
EMPODERAMENTOS**

SALVADOR – BA
2016

MANOEL DE MELO E CASTRO NETO

CIDADANIA E CONSCIÊNCIA NEGRA NO PRÉ- VESTIBULAR
QUILOMBO ILHA DE VERA CRUZ – BA (2006/2015): CONSTRUINDO
EMPODERAMENTOS

Monografia apresentada ao Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Estudos de Gênero e Diversidade.

Orientadora: Prof^a. Dra. Iole Macedo Vanin.

SALVADOR - BA
2016

MANOEL DE MELO E CASTRO NETO

CIDADANIA E CONSCIÊNCIA NEGRA NO PRÉ- VESTIBULAR QUILOMBO ILHA DE VERA CRUZ – BA (2006-2015): CONSTRUINDO EMPODERAMENTOS.

Monografia apresentada ao Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia como quesito para a obtenção do título de Bacharel em Estudos de Gênero e Diversidade.

Aprovada em: ___/___/___ com nota: _____

Profª Dra. Iole Macedo Vanin – Orientadora

Graduação em História pela Universidade Católica do Salvador. Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia. Docente do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da UFBA.

Profª Dra. Darlane Silva Vieira Andrade – Examinadora interna

Graduação em Psicologia pela Faculdade Ruy Barbosa; Mestre e Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pelo PPG-NEIM/UFBA. Docente do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da UFBA.

Profª Ms. Juliana Marta Santos de Oliveira – Examinadora Externa

Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia e em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador, Mestre pela Universidade Federal da Bahia, no Programa Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

SALVADOR – BA
2016

DEDICATÓRIA

Dedico essa vitória a minha família, minha mãe Bau, a meu pai Biral por sempre ter me impulsionado ao caminho do bem, a minha irmã Luzia e meu irmão Alex pelo amor e confiança, a minhas sobrinhas Ludmilla e Manoela pela doçura e inocência de criança que me ajudou nessa caminhada e meu grande amigo- amor Moisés que sempre esteve ao meu lado seja brigando comigo, mas também me incentivando.

A Escola Luiz Eduardo Magalhães onde aprendi a ter amor pelos processos educacionais e ao Projeto Social Quilombo Ilha por ter sido o meu alicerce de mudança social e ter mudado minha vida através da educação. Uma instituição séria e comprometida que deu oportunidade à população negra da Ilha de Itaparica de ingressar no ensino superior e ao mesmo tempo de criar possibilidades de discutir a identidade da população negra na história social brasileira em meio às contingências locais do município de Vera Cruz e com isso elevar a sua auto-estima através da valorização étnica, social e de gênero.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado o dom da vida e a oportunidade de vivenciar esse momento único, e ter me dado força, serenidade, saúde, alegria para ter enfrentado todas as adversidades que cruzaram meu caminho nessa jornada.

A minha mãe Elenice (Bau) pelo amor incondicional e ser a minha principal inspiração, pois sempre lutou pelos seus sonhos e me ensinou a lutar pelos meus, a meu pai Manuel (Biral) pelas múltiplas ajudas principalmente financeiras e os incentivos a continuar na realização do grande sonho de minha vida.

A minha irmã Luzia minha companheira de todas as horas, e recentemente também no sonho de crescer profissionalmente, ao meu irmão e principal admirador Alex por acreditar em mim e sempre me incentivar, as minhas sobrinhas Ludmilla e Manoela pelo amor inconfundível, a minha cunhada Letícia que veio para somar conosco.

À minha família Quilombo Ilha, amigos/as e companheiros/as, exemplos de militância social, dedicação no trabalho e no ser humano. A uma instituição de cunho social aqui representada por coordenação, professores/as, monitores/as estudantes, colaboradores/as e parceiros que prestaram valiosas informações, sem as quais, este trabalho não passaria de coletânea de considerações unilaterais inúteis aos seus propósitos e por a inspiração deste trabalho acadêmico.

A todos/as os/as funcionários/as e professoras da Escola Municipal Luiz Eduardo Magalhães, minha segunda família, que sempre confiaram no meu trabalho, e por terem contribuído para que florescesse em mim o amor em ser EDUCADOR , mas em especial a minha diretora e amiga Zana pela compreensão nos meus momentos de falta, pela confiança e companheirismo.

À Nilma Gonçalves “In Memórian” uma pessoa, mas que especial em minha vida, que sempre me incentivou e motivou na minha carreira profissional e, principalmente a trilhar os caminhos do mundo acadêmico. Ela me ensinou a nunca

desistir dos meus sonhos, objetivos, e principalmente, a ter confiança em mim mesmo.

A todos/as os/as meus/minhas amigos/as, mas em especial a Darlem Costa pelo apoio e motivação constante. Amiga que sempre esteve do meu lado tanto nos momentos bons e ruins. Juntos comemorando, chorando, rindo, brincando, trilhando nossos caminhos sempre em busca de um objetivo comum, o trabalho social através da educação por uma sociedade mais justa e igualitária.

A todos/as meus/minhas colegas do BEGD, pela continua construção coletiva, mas em especial a aquelas que ficaram eternizadas em minha vida, Marcos, a Marquete, que se tornou meu irmão de vida, a Rebeca, Silvia e Mafá companheiras para toda hora.

Às minhas professoras do curso, em especial a minha supervisora de estágio Darlane Andrade e minha orientadora de TCC, Iole Vanin pela paciência e confiança, mas também pela relação de troca de saberes e experiências e pela rica diversidade de métodos que me proporcionaram.

Às minhas colegas de estágio do CRAS – Vera Cruz pela receptividade, aprendizado e companheirismo, em especial minha supervisora de campo Silvana Santana e uma boa amiga que fiz Simone Bahiense.

À Prefeitura Municipal de Vera Cruz em especial ao prefeito Magno, através da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social, Agricultura e Pesca por ter me dado à flexibilidade diante do meu trabalho para que eu pudesse ter a oportunidade de estudar, estagiar e pesquisar conforme as determinações da faculdade. Dando-me assim, a chance de ser um grande profissional comprometido com o bem estar social onde ao longo da minha carreira vou buscar dar um retorno favorável a esta cidade que amo e que precisa ser mais olhada e valorizada diante das questões sociais como um todo mais precisamente voltado para a criança e ao adolescente.

IDENTIDADE**JORGE ARAGÃO**

Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai...

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história

Se o preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai...

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória

Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história
Se o preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai...

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história
..

“A letra dessa musica é muito especial para mim,
pois através do contato com ela que despertei a
estudar, lutar e militar em prol das questões raciais”.

RESUMO

NETO, Manoel de Melo e Castro. Cidadania e Consciência Negra no Pré- Vestibular Quilombo Ilha de Vera Cruz- BA (2006-2015): Construindo Empoderamentos. Iole Macedo Vanin. Salvador. Universidade Federal da Bahia. 2016. Monografia (graduação). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

O presente estudo tem como finalidade apresentar os resultados da pesquisa intitulada, CIDADANIA E CONSCIÊNCIA NEGRA NO PRÉ- VESTIBULAR QUILOMBO ILHA DE VERA CRUZ- BA (2006-2015): Construindo empoderamentos. A pesquisa tem como pergunta norteadora " Quais as contribuições que o contato com a disciplina de Cidadania e Consciência Negra trouxe como vetor de empoderamento para ex- estudantes do Pré- vestibular Quilombo Ilha de Vera Cruz- BA que adentraram ao ensino superior de 2006 a 2015, e como isso contribui para se posicionarem nos diversos setores da academia em que foram inseridos/as?. E na busca de respondê-la, a metodologia de caráter dialético inclui entrevistas com fundadores/as do projeto, e aplicação de questionários com ex-estudantes que tiveram contato com a mencionada disciplina. Nos resultados identificou-se a influência do CCN na atuação acadêmica, profissional, cidadã e política desses/as ex- estudantes, pois eles/as reproduzem no dia-dia nas Universidades os princípios e ensinamentos extraídos nessas aulas, tal qual que muitos/as deles/as já ocupam lugares de destaque dentro da academia e também já são lideranças dentro do município de Vera Cruz.

PALAVRAS- CHAVES: Reconhecimento, Empoderamento, Cidadania e Consciência Negra.

SUMMARY

NETO, Manoel de Melo e Castro. Citizenship and Black Consciousness in the Pre-Vestibular Quilombo Vera Cruz Island- BA (2006-2015): Building Empowerment. Iole Macedo Vanin. Savior. Federal university of Bahia. 2016, 00p. Monography (graduation). Faculty of Philosophy and Human Sciences.

The present study aims to present the results of the research entitled, CITIZENSHIP AND BLACK CONSCIOUSNESS IN THE PREVESTIBULAR QUILOMBO ISLAND OF VERA CRUZ-BA (2006-2015): Building Empowerment. The research has as guiding question " What contributions that the contact with the discipline of Black Citizenship and Conscience brought as an empowerment vector for former students of the Pre-university entrance exam Quilombo Island of Vera Cruz-BA who entered higher education from 2006 to 2015 , And how does it contribute to position themselves in the various sectors of the academy in which they were inserted? And in the quest to answer it, the methodology of dialectical character includes interviews with founders of the project, and application of questionnaires with former students who had contact with the aforementioned discipline. In the results, the influence of the CCN on the academic, professional, citizen and political performance of these ex- students was identified, since they reproduce in the daytime in the Universities the principles and lessons learned from the classes, as many / Theirs already occupy prominent places within the academy and are also already leaders within the municipality of Vera Cruz.

KEYWORDS: Recognition, Empowerment, Citizenship and Black Consciousness

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	72
TABELA 2	78
TABELA 3	78
TABELA 4	84
TABELA 5	85
TABELA 6	86
TABELA 7	92

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

FIGURA 1	49
FIGURA 2	56
FIGURA 3	59
FIGURA 4	63
FIGURA 5	64
FIGURA 6	65
FIGURA 7	66
FIGURA 8	67
FIGURA 9	68
FIGURA 10	68
FIGURA 11	69
FIGURA 12	70

GRÁFICOS

GRAFICO 1	84
GRAFICO 2	86
GRAFICO 3	87
GRAFICO 4	88
GRAFICO 5	88
GRAFICO 6	93

LISTA DE SIGLAS

AEITA Associação dos Estudantes da Ilha de Itaparica

CCN Cidadania e Consciência Negra

CLT Consolidação das Leis do Trabalho

DCE Diretório Central dos Estudantes

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

ENJUNE Encontro Nacional da Juventude Negra

DIEESE Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos

EJA Educação de jovens e Adultos

FEPC *Fair Employment Practices Commission*

FIES Programa de Financiamento Estudantil

FOQUIBA Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia

GTEDEO Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e Ocupação

GTI Grupo de Trabalho Interministerial

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFBA Instituto Federal da Bahia

MNU Movimento Negro Unificado

OGUNTEC Programa de Fomento à Ciência e a Tecnologia

ONU Organização das Nações Unidas

PIB Produto Interno Bruto

POMPA Programa Mentas e Portas Abertas

Pnad Pesquisa Nacional por Amostragem em domicílios

PPA Programa Pluri Anual

Pro Alfa Programa de Incentivo á Alfabetização na Idade Correta

Pro Uni Programa Universidade Para Todos

PVNC Pré – Vestibular Para Negros e Carentes

SEDH Secretaria de Direitos Humanos

SEMED Secretaria Municipal de Educação

SENUN Seminário Nacional de Estudantes Negros

SEPPIR Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SINTUFRJ Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

SISU Sistema de Seleção Unificada

TEN Teatro Experimental do Negro

UCSAL Universidade Católica do Salvador

UERJ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA Universidade Federal da Bahia

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMARIO

1.	INTRODUÇÃO.....	16
2.	DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SUAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL....	19
2.1.	AÇÕES AFIRMATIVAS E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	25
2.1.1.	Breve Histórico: inspiração do modelo norte americano.....	25
2.1.2.	Ações Afirmativas no Brasil.....	28
2.1.3.	A Importância da Conferência de Durban para o Brasil.....	31
2.1.4.	A Juventude e o Acesso ao Ensino Superior.....	34
2.1.5.	Pré- Vestibulares Populares\ Quilombos Educacionais.....	40
2.1.6.	Instituto Cultural Steve Biko: Referência na Bahia.....	43
2.2.	O MUNICIPIO DE VERA CRUZ E O PRÉ- VESTIBULAR QUILOMBO ILHA.....	49
2.2.1	Conhecendo o Municipio de Vera cruz	49
2.2.2	Educação em Vera Cruz.....	51
2.2.3	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO SOCIAL PRÉ-VESTIBULAR QUILOMBO ILHA.....	56
2.2.4	CIDADANIA E CONSCIÊNCIA NEGRA NO PRÉ-VESTIBULAR QUILOMBO ILHA.....	75
3.	EMPODERAMENTO DOS EX- ESTUDANTES DO QUILOMBO ILHA APARTIR DO CCN.....	80
3.1.	ETAPAS DA PESQUISA: RESULTADOS E DISCUSSÕES, QUILOMBO ILHA MOSTRANDO A SUA CARA!.....	83
3.2.	APRENDER A DIZER, QUEM SOU!.....	93
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104

1- INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como finalidade apresentar os resultados da pesquisa intitulada, CIDADANIA E CONSCIÊNCIA NEGRA NO PRÉ- VESTIBULAR QUILOMBO ILHA DE VERA CRUZ- BA (2006-2015): Construindo empoderamentos.

A pesquisa teve como campo empírico o Projeto Social Pré-Vestibular Quilombo Ilha, no município de Vera Cruz, BA. Uma instituição sem fins lucrativos de intervenção social que se configura como proposta ações na área educacional, destinada aos jovens de baixa renda, em sua maioria negros/as provenientes de escolas públicas e que sonham entrar numa universidade com possibilidades de conseguir um bom emprego no mercado de trabalho. Foi realizada junto a ex-estudantes do Pré- Vestibular Quilombo Ilha, que foram aprovados/as nos vestibulares das principais Universidades do estado dentre elas, UFBA, UNEB e UCSAL, e que retornaram para contribuir como a manutenção da instituição. Foram realizadas entrevistas com coordenadores/as e fundadores/as que ajudaram a levantar informações sobre a implementação do projeto.

Para obter uma visão ampliada da atuação do CCN, e sua relevância na vida social e política foi imprescindível a participação de 18 ex- estudantes do Quilombo Ilha, no período compreendido entre 2006 e 2015. São eles/as: Adenilson Souza (24), Daysevana Souza (27), Darlem Costa (39), Estefane do Ó (23), Edvaldo Santos (31), Eliene Santana (28), Gevaldo Araújo (40), Helem Moreira (27), Israel Neves (29), Lavínia Rodrigues (23), Luan Cruz (23), Marlison Carvalho (23), Marinilda Gomes (26), Moises Daumerie (21), Renata Amaral (39), Ricardo Pinto (19), Tânia Matias (26) e Vagner Almeida (21).

Assim levando em consideração, o contexto histórico, cultural e social em que sempre foram expostas/os as/os jovens do município de Vera Cruz, faz – se necessário uma análise investigativa de como os ensinamentos adquiridos nesse

processo de vivência no Quilombo Ilha contribuiu e está contribuindo para o acesso a novos espaços que não foram oferecidas as gerações que os/as antecederam.

O interesse por essa temática foi em virtude da minha vivência como estudante do Pré- Vestibular Quilombo Ilha no ano 2011, quando tive contato com a disciplina de CCN. Ouvir falar em questões raciais foi algo novo, reconhecer as personalidades negras como heróis e heroínas também. Ter contato com esse arcabolo teórico obtido nessas aulas, encontros e palestras me ajudaram muito ao adentrar a Universidade Federal da Bahia num curso de Gênero e Diversidade. O processo de auto reconhecimento e formação política são méritos do CCN também.

É uma pesquisa de caráter qualitativo cuja metodologia adotada foi entrevistas e aplicação de questionários. A coordenadora e uma das fundadoras da instituição Eremita Oliveira, foi entrevistada para relatar como se deu o processo de implementação do curso, o professor Mauricio de Oliveira que ministra a disciplina desde o ano de 2011 foi muito importante na construção do debate sobre CCN no Quilombo Ilha, e principalmente para entender como o corpo docente da instituição analisa a importância do contato com o CCN para o posicionamento de seus estudantes, e de como a própria coordenação vê a relevância da disciplina na condução das diretrizes do projeto ou seja, através dos depoimentos dos interlocutores/as construímos a importância do CCN na formação política e cidadã desses jovens e adultos e no desenvolvimento intelectual e engajamento de militância no município de Vera Cruz.

Este trabalho inicia-se com esta base introdutória, seguida por três capítulos. No primeiro capítulo é realizada uma contextualização histórica da formação discriminação racial e o preconceito no Brasil, o surgimento do Mito da Democracia e como foi iniciada as articulações de combate por frentes e setores do Movimento Negro.

Ainda nesta seção é discutido o conceito e a origem das Ações Afirmativas perpassando por como são adotadas nos Estados Unidos, e a inserção na realidade brasileira. É debatida também as políticas de Ações Afirmativas adotadas no Brasil e os seus benefícios para a juventude. A importância da Conferência de Durban

para a percepção dos entraves raciais no país também fez parte da construção deste capítulo

A origem dos Quilombos Educacionais como espaço de formação política, seu surgimento e a sua difusão para consolidação desse modelo de educação emancipadora estão nesse capítulo. A importância do Instituto Cultural Steve Biko na condução dessa modalidade de ensino na Bahia foi primordial para fechar o capítulo e peça-chave, pois foi inspirado na Biko que surgiu o Quilombo Ilha.

No segundo capítulo é contextualizado o município de Vera Cruz, a localização geográfica, suas aptidões financeiras e sociais, os dados educacionais do município e todo processo de implantação do Pré- Vestibular Quilombo Ilha.

No terceiro capítulo é construído através de gráficos e tabelas, as principais contribuições desses/as ex- estudantes e, através de citações, as considerações, as suas vivências, e trajetórias através da educação e por fim, perceber quais foram as mudanças ocorridas nessas vidas através do CCN. Desta sorte, como mencionado anteriormente, essa pesquisa se caracteriza com um foco qualitativo que segundo Minayo (2009, p. 21) "responde a questões muito particulares, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes".

Esse capítulo também é embasado pelo diálogo do conceito e atuação do termo "empoderamento" com a proposta de educação conscientizadora e de formação política do CCN. Diálogo permitiu concretizar o objetivo geral que me proponho neste estudo: Identificar as contribuições que o contato com essa disciplina, teve como vetor de empoderamento desses/as jovens ex- estudantes do Pré – Vestibular Quilombo Ilha de Vera Cruz.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, com uma breve reflexão do resultado da pesquisa: O Pré- Vestibular Social Quilombo Ilha demarca seu espaço na história da educação do município de Vera Cruz há exatos 10 anos. E vem contribuindo efetivamente para reparar as desigualdades sociais e raciais que os/as munícipes desta terra enfrentam ao longo de suas vidas. É que o trabalho efetivo do

Quilombo Ilha tem a educação como bandeira de atuação política, e vem desde sua fundação cumprindo esse papel, possibilitando aos/as estudantes negros/as desta terra o acesso ao ensino superior, e principalmente formando seres sociais capazes de lutar em prol de intervenção política. Está formando cidadãos/ãs conscientes de seu lugar de fala.

2- DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SUAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL

Depois da abolição do período escravocrata no Brasil, em fins do século XIX, a população afro descendente continua sofrendo com a dominação da elite predominantemente branca desse país, e que sempre esteve no topo da pirâmide econômica, política, social. Esse domínio ocasionou o racismo e ao mesmo tempo criando e fortalecendo o Mito da Democracia Racial. Destaca-se que essa gama da população é estruturada pela dependência do capitalismo e dos grandes centros econômicos que sempre sistematicamente exclui os menos favorecidos.

“Sem instrução nem senso de responsabilidade, pois só existe quando é possível a escolha e ação, os negros, mesmo na condição de libertos, estavam subjugados a outras restrições, não podiam ser eleitores (...) e era-lhes interdito também exercer qualquer cargo de eleição popular, para qual a condição essencial era ser ele eleito, pois a abolição não significou real libertação dos negros, tendo em vista que, para sobreviverem, ainda tinham que estar submissos, sem perspectivas junto ao mercado de trabalho formal, exercendo funções de baixo escalão em virtude de que mesmo libertos não tinham acesso ao sistema educacional, pois sofriam discriminação por terem sido escravizados. (COSTA, 1989).

A não efetivação de direitos básicos como saúde, educação, saneamento básico e políticas de assistência à população afro descendente ainda se perpetua na contemporaneidade, sendo a educação o principal deles.

O processo educacional brasileiro nos séculos XIX e XX pós abolição, foi estruturado a partir de interdição da educação para os negros que acarretou na seletividade desses espaços a partir de critérios raciais, para a população negra sempre foram oferecidos equipamentos ineficientes, desmotivados e o resultado

disso hoje, são trajetórias escolares interrompidas, entradas prematuras ao mercado de trabalho em cargos e funções de baixo escalão e remuneração assalariada ou abaixo disso.

A análise do Racismo e da manifestação da distinção racial no contexto brasileiro deve levar em consideração os aspectos históricos da formação da população no país. Esta foi estruturada a partir de um modelo colonialista desenvolvido com a chegada dos portugueses em 1500, e escravocrata imposta com a vinda dos africanos. Em virtude disso, intensas discrepâncias sociais fizeram e fazem parte do cotidiano das classes populares, os/as descendentes dos/das escravizados/as são a maioria na fila dos/das desempregados/as, lideram os índices de analfabetismo, vulnerabilidade social, repetência e evasão escolar. Fatores esses que sempre os colocam nos lugares de subalternidade no que tange empregabilidade e formação educacional.

A segregação que envolve essa gama da população é muito evidente no que diz respeito a aspectos socioeconômicos, principalmente na capital baiana. Em Salvador, por exemplo, considerada a cidade mais negra do país, segundo dados do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2012), 10,3% dos negros ocupam cargos de chefia e entre os não brancos chegam 30,0% na capital paulista. Salvador possui 81,8% corresponde a população negra e São Paulo 33,0%. Ainda segundo os dados do DIEESE os/as negros/as chegam a 92% dos desempregados da capital baiana; o fracasso escolar, que engloba evasão, repetência e defasagem idade- escolarização chega a 14% em todo país. E mais da metade das pessoas negras chegam ao 6º ano do ensino fundamental com atraso escolar, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios (Pnad) de 2011.

Essa realidade passou a ser compreendida a partir da década de 1970 por uma tímida atuação de setores inconformados da sociedade, que não se viam e não viam seus semelhantes no protagonismo de suas histórias. Não viam alternativas de ascensão, seja ela política, social e/ou econômica. Esse contingente pequeno de grupos descontentes com esse sistema, eram formados na sua maioria por adeptos das religiões de matriz africana, grupos de dança, capoeira, movimentos artísticos e

estudiosos, que iniciaram essas mobilizações em diversos espaços, principalmente os estudantis, que logo em seguida configuraram-se como movimentos sociais.

Para a compreensão de como a discriminação e suas interfaces impedem a inclusão social da população negra, faz-se necessário a abordagem conceitual do termo “Discriminação Racial”, que segundo a Convenção Internacional para a eliminação de todas as Normas de Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas - ONU, ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968:

“Significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício, em bases de igualdade, aos direitos

Humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, Cultural ou qualquer outra área da vida pública”.

Vale dizer que, segundo Flávia Piovesan (2006 p.39) “ a discriminação significa toda distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o exercício, em igualdade de condições dos direitos humanos e liberdades fundamentais, nos campos político, econômico, social cultural e civil ou em qualquer outro campo. Ainda convém acrescentar que Bárbara Lobo (2003 p.20), entende por Discriminação Racial: “ como qualquer atitude atentatória ao direito fundamental de igualdade, ao igual direito de oportunidades e chances ao pluralismo característico do Estado democrático de direito, e a democracia ”.

A discriminação racial, racismo e preconceito estão interligados tanto na teoria quanto na práxis, mas tanto o preconceito racial quanto o racismo não se confundem com a discriminação por que esta só acontece na medida em que um e\ou outro se manifestam.

“O preconceito e o racismo são atitude, são modos de ver certas pessoas ou grupos raciais. Quando ocorre uma ação, uma manifestação, um comportamento de forma a prejudicar, é que se diz que houve discriminação. Enfim, quando o racista ou preconceituoso, externaliza a sua atitude, agora transformada em manifestação, ocorre à discriminação (SANTOS 2008 p 03)

Entretanto, racismo e preconceito racial não são coisas equivalentes. O Racismo é sem dúvida, mas amplo, por ser uma prática que evidencializa a reprodução de verdades falseadas e atribui inferioridade a uma raça, baseada nas relações de poder, legitimadas pela cultura dominante. O preconceito racial ocorre quando uma pessoa ou mesmo um grupo sofre uma atitude negativa por parte de alguém que tem como padrão de referência o próprio grupo racial. No dia-a-dia a ideia de racismo e preconceito racial são geralmente usadas sem que as pessoas separem uma da outra.

Um dos grandes pilares que sustenta o racismo, o preconceito e a discriminação Racial é do Mito da Democracia, que foi idealizado na década de 1930 por Gilberto Freire nos escritos do livro Casa Grande Senzala. Este bloqueia um maior envolvimento, discussão da sociedade sobre a discriminação racial existente no Brasil, visto que seus seguidores sustentavam essa ideologia em todos os espaços sociais, principalmente nas Universidades e na mídia. Não obstante as próprias vítimas não se reconheciam como maiores atingidos. Esse poder de manipulação é entendido por Joaze Bernardino da seguinte forma:

“Diante desta realidade social estruturada pelo mito da democracia racial e pelo ideal de branqueamento, manteve-se intacto o padrão de relações raciais brasileiro, não sendo posto em prática nenhum tipo de política que pudesse corrigir as desigualdades raciais. Isto aconteceu desta forma simplesmente porque a interpretação hegemônica acerca das relações raciais brasileira, até mesmo entre setores progressistas, não identificava nenhum problema de justiça racial. Estava vedada, portanto, a possibilidade de intervenção organizada na realidade, restando à população de cor a via da infiltração pessoal, que obviamente não possui alcance coletivo”. (BERNARDINO, 2005 p.3)

O mito da Democracia Racial maquia o racismo através de uma naturalização estigmatizada da não existência de preconceito relacionado á raça, Eduardo Oliveira (1997), faz uma reflexão de como esse mito vem se sustentado no que tange as características culturais e biológicas:

“Como herança ideológica, o mito da democracia racial nos persegue até hoje. Ele continua sendo base da crença nacional na inexistência de mecanismos de discriminação e se coloca como um eterno obstáculo ao debate sobre as relações raciais e culturais no País. No ideário da democracia racial criou-se na figura do mestiço um tipo ideal, capaz de diluir as características específicas (culturais e biológicas) dos diferentes conjuntos

identitários. Entretanto, não podemos deixar de lembrar que este tipo ideal foi pensado, acima de tudo, como resposta ao potencial conflito da oposição branco-negro, numa sociedade fundada sob o signo da desigualdade entre as duas raças através do escravismo. Se o ideário da miscigenação tira do branco seu teor de "pureza", ele retira do elemento negro o direito à existência - deve-se considerar a influência da tese do embranquecimento entre nós" (OLIVEIRA, 1997)

Para Carlos Hasenbalg (1990), a sustentação da não existência de racismo é resultado de que:

" Tudo se passa como se o Brasil fosse uma sociedade realmente homogênea ou igualitária, onde os grandes vilões da história, em termos de acesso diferencial á educação, são as desigualdades de classe e status socioeconômico. (HASENBALG, 1990, p.60).

O uso desses mecanismos naturalizantes foram peças importantes para que esse mito se sustentasse e por décadas mostrasse eficácia para violação dos direitos humanos da população negra e de uma farsa do papel do Estado. Este disfarçadamente se mostrou sensível as necessidades de implementação de políticas públicas corretivas, mas na prática sempre estruturou a manutenção da submissão principalmente aquele que envolvia o processo educacional brasileiro. O descaso com as políticas públicas de educação no seu tocante geral, ocasionou além de problemas de estrutura, a alta no analfabetismo, que impediram até a década de 1970 uma tomada de decisão frente a conscientização por parcela da comunidade negra sobre seus direitos civis e políticos.

A inconformação em relação ao racismo e ao mito da democracia racial foi de forma gradativa ganhando espaço socialmente e a gama da população afetada, iniciou timidamente um combate em prol do protagonismo de sua história. Nos fins dos anos 40, estudiosos como Florestan Fernandes e Roger Bastide iniciaram um processo de contraposição ideológica nas Universidades aos escritos de Gilberto Freire contra os seus discursos de relações raciais hegemônicas. Importantes fatos devem também ser considerados primordiais para ascensão da luta contra o racismo e da identidade Negra: A criação da década de 30 do Teatro Experimental do Negro (TEN) e da Frente Negra Brasileira, a criação em 1978 do MNU- Movimento Negro Unificado, como alicerce de resistência Negra.

O Teatro Experimental do Negro surgiu em 1944 no Rio de Janeiro, idealizado por Abdias do Nascimento¹, com a proposta de valorização social e da cultura Afro-

1-Abdias do Nascimento, Jornalista e ex- senador da República, faleceu em 2011 aos 97 anos – Referência quando o assunto é igualdade racial. Nascido em 1914 na cidade de Franca, em São Paulo, Abdias teve uma trajetória longa e produtiva, participou do movimento integralista, passou pela Frente Negra Brasileira, foi pioneiro em iniciativas no campo da cultura e ainda hoje é um militante ativo do movimento negro. Em: www.premioabdiasnascimento.org.br 2014\12\10.

brasileira por meio da educação e da arte, sua atuação não se resumia ao teatro, mas sim a uma crítica discursiva em busca da melhoria de qualidade de vida da população afrodescendente. Além da atuação nos palcos, o TEN assumiu uma postura política, integrada a entidades como a Associação das Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional de Mulheres Negras. Publicou o jornal Quilombo, que denunciava a discriminação racial em todo o Brasil. Combateu o padrão de beleza dos concursos de Miss Brasil. Em 1955, promoveu a Semana do Negro e um concurso de artes plásticas tendo como tema o Cristo Negro. Já a Frente Negra Brasileira, foi um movimento social que ajudou muito nas lutas pelas posições da população negra em São Paulo, a Frente buscava a inserção e a conquistas de posições dos/as negros/as ganhou tanta visibilidade que possuía delegações no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

O Movimento Negro Unificado surgiu em São Paulo quando um ato público em 07 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo " foi palco de um ato público que convocava homens e mulheres negros a reagir à violência racial a qual eram submetidos. Naquele momento, a sociedade brasileira era apresentada ao Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU). O MNU nasceu quando representantes de várias entidades se reuniram em resposta à essa discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê, e à prisão tortura e morte de Robison Silveira da Luz, acusado de roubar frutas numa feira ".(JARDIM, p.01,2012).

A atuação do MNU despertou na sociedade brasileira debates sobre a discriminação racial culminando com a criação do primeiro órgão de apoio aos movimentos sociais afro brasileiros: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em 1984 no governo de Franco Montoro em São Paulo. Esse movimento possui 38 anos de luta contra todas as manifestações preconceituosas e discriminatórias e estende sua atuação política na maioria dos estados brasileiros. (KIBUCO, p.01, 2016).

A criação desses espaços de luta e resistência deu visibilidade aos questionamentos da necessidade de formulação de leis e de políticas sociais que atuasse na reparação das desigualdades raciais instauradas no Brasil.

Um dos primeiros passos neste sentido foi a Constituição Federal de 1988 importante instrumento. A partir dela, pois foram criadas leis federais que punem a prática do racismo no país, bem como a prevenção para que esta não aconteça, porém apesar da ineficácia e da pouca aplicabilidade desses princípios constitucionais. Faz-se necessário o conhecimento de tais bases para o entendimento do por que o racismo e a discriminação perduram vigentes em nosso país, os dispositivos constitucionais impeditivos das práticas do racismo são bem articulados, apesar do desrespeito, desde sua existência.

“ A Constituição é lei e lei é feita para se aplicar, para se respeitar, para se cumprir, imponha ela uma abstenção ou um comportamento comissivo do Estado ou mesmo de outra pessoa. Constituição não sugere, determina e o que ela ordena é para se cumprir mais ainda no que se refere às condutas das quais dependem a viabilidade do exercício de direitos fundamentais por ela declarados e assegurados. ” (ROCHA, 1999, p.42).

Apesar disso, o Estado democrático de direito não é respeitado e as leis constitucionais acabaram por se tornar limitadas no que tange a efetivação dos direitos fundamentais. A aplicabilidade dessas leis no país, com sanções e outros instrumentos principalmente os de conscientização a tolerância, ao pluralismo e à diversidade, sempre foi um desafio para setores da sociedade civil, principalmente do movimento negro.

Esse sentimento de pertencimento que envolvia o movimento negro foi importante para entender que o processo de mudança precisava ir além das medidas já criadas, necessitaria de um amadurecimento dos processos políticos que envolviam esse grupo minoritário representativamente, a promoção de ações que visavam a reparação foi adotada como principal bandeira de luta em fins da década de 1980, quando Abdias do Nascimento na época deputado federal, elaborou o primeiro projeto de lei com esse perfil, contrapondo séculos de discriminação sofrida. A partir de então estava se configurando no Brasil, as Ações Afirmativas.

2.1 - AÇÕES AFIRMATIVAS E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

2.1.1. Breve Histórico: inspiração do modelo norte americano

Para se falar de Ações Afirmativas no Brasil, antes de qualquer coisa, é imprescindível fazer uma alusão de como foi seu surgimento nos Estados Unidos, fato que inspirou sua atuação, mas na realidade brasileira. Para os norte-americanos esse mecanismo surgiu a partir das lutas dos movimentos sociais e do empenho do poder executivo federal através da implementação de medidas em prol da diversidade racial e da realização da igualdade entre negros e brancos.

A primeira manifestação de Ações Afirmativas nos Estados Unidos ocorreu no governo do Presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945) com Executive Order 8.806 de 25 de junho de 1941, que impedia, segundo:

A contratação de funcionários por parte do próprio governo federal e das empresas bélicas que mantinham com o mesmo relações contratuais, além de instituir a *Fair Employment Practices Commission*(FEPC), que ficou incumbida de investigar a ocorrência dessa prática de mercado.(MENEZES,2001,apud RODRIGUES,2005,p.16)

Foi no governo dos Presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson, no entanto, na década de 1960, que as ações afirmativas realmente se consolidaram e se expandiram, a expressão surgiu na *Executive Order 10.925*, de 6 de março de 1963 de iniciativa do presidente John Kennedy. A *Executive Order*, além de instituir um *Committee On Equal Employment Opportunity*, o qual foi criado para estudar as relações de trabalho no governo e promover a diversidade racial, consagrou pela primeira vez num texto legal a expressão *Afirmartive Action* (Ação Afirmativa) (RODRIGUES,2005 p.16).

“A expressão *Afirmartive Action* consolidou-se com a *Executive Order 11.246 de 1965*, do Presidente Lyndon Johnson, pois através dela a celebração de contratos com a Administração Pública só seria possível se a empresa, a ser contratada, atuasse em prol da diversidade e da integração de minoriais historicamente e socialmente excluídas” (RODRIGUES, 2005 p.17).

É de se destacar neste a presença de Martin Luther King Jr. que promoveu um grande debate em torno da igualdade entre brancos e negros na sociedade

americana. Em sua luta contra a exclusão dos negros, ele baseou-se nos ideais de resistência pacífica e na organização de marchas e protestos em diversas cidades dos Estados Unidos. (RODRIGUES, 2005 p.16). Ou seja, apesar de serem implementadas por decretos, as ações afirmativas são frutos das lutas pelos direitos humanos das pessoas negras.

As Ações Afirmativas nos Estados Unidos segundo Ivanir dos Santos e Carlos Alberto Medeiros (2001), vem a corrigir distorções para:

“Além dos negros, oito diferentes grupos são alvo da ação afirmativa, incluindo, mais uma vez, as mulheres – por toda parte, as maiores beneficiárias desses programas, baseia-se em mecanismos como bolsas de estudo, programas especiais de treinamento, recrutamento ativo (estimular a candidatura, para determinadas posições, de membros de grupos discriminados, o propósito é reduzir as desigualdades. (SANTOS; MEDEIROS, 2001).

Ou nas palavras de Joaquim Barbosa Gomes:

As Ações Afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas para a concretização do princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, tem como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais eloqüente manifestação da moderna idéia de Estado promovedor, atuante, eis que de sua concepção, implantação e delimitação jurídica participam todos os órgãos estatais essenciais, aí incluindo-se o Poder Judiciário, que ora se apresenta no seu tradicional papel de guardião da integridade do sistema jurídico como um todo, ora instituição formuladora de políticas tendentes a corrigir as distorções provocadas pela discriminação (GOMES, 2001 06-07).

As políticas de Ações Afirmativas nos Estados Unidos no seu tocante geral, tiveram grandes conquistas na atuação em defesa da igualdade de oportunidades entre negros e brancos, que foram, a conscientização e difusão da temática na década de 1960, a concessão de apoio financeiro do governo federal americano, o

estabelecimento de percentuais proporcionais a representatividade das minorias e concessão de financiamento a empresários negros e a outras ditas minorias. No que tange benefícios educacionais destaca-se o programa especial de admissão de alunos da Universidade da Califórnia em meados da década de 1970, onde 16% das vagas do curso de medicina eram destinadas as minorias, e não impediam que esses grupos também não pudessem a concorrer a vagas de acesso universal.

2.1.2 Ações Afirmativas no Brasil

O primeiro registro do que hoje conhecemos como Ação Afirmativa no Brasil, foi em 1968, proveniente de proposição de técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior, que apresentaram como uma solução para impedir a discriminação racial no mercado de trabalho, a aprovação de lei que obrigasse as empresas privadas a manter uma porcentagem mínima de empregados de cor (SANTOS,1999), tivemos antes no Regime de Estado Novo, a Lei de Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), outorgada em 1943, que trouxe em sua estrutura dois artigos que podem ser considerados medidas de ações afirmativas, são eles: o Artigo.354, que determina cota de obrigatoriedade de dois terços de brasileiros natos empregados de empresas individuais ou coletivas, e o Artigo 373-A, que determina a adoção de políticas destinadas a corrigir as distorções responsáveis pela desigualdade de direitos entre homens e mulheres.

Partindo desses fatos, a Redemocratização do país na década de 1980 e a Constituição Federal de 1988 que foram considerados marcos importantes para mudanças ocorridas no Brasil, acerca desta temática, os movimentos sociais impulsionados pela transição democrática adotaram o termo de Ação Afirmativa, para designar os mecanismos de reparação, principalmente no que envolvam o sistema educacional brasileiro e inclusão social, de combate ao racismo. Em virtude disso, conclui-se que as políticas de ações afirmativas voltadas para o segmento negro são mecanismos de resistência da diáspora, dentro das mais diversas situações.

No contexto brasileiro, as ações afirmativas podem ser entendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações privadas, de caráter compulsório,

facultativo e voluntário que tem por objetivo corrigir as desigualdades historicamente impostas ou a determinados grupos sociais e\ou étnico\raciais com um histórico comprovado de discriminação e exclusão, elas possuem caráter emergencial e transitório, a sua implementação carrega uma intenção implícita de mudança nas relações sociais, nos lugares ocupados pelos sujeitos que vivem processos de discriminação no interior da sociedade, a exemplo do que acontece no sistema educacional e na formação de quadros intelectuais e políticos (GOMES, 2003 p.223). Em outras palavras, possuem uma perspectiva de concretização efetiva de diminuição da discriminação, da remoção de barreiras em busca de uma sociedade mais justa para gerações futuras.

“A década de 1990 apresentou-se um processo acerca das questões raciais marcadas fortemente por uma aproximação entre movimentos sociais e o Estado Brasileiro, a primeira ação resultante disso, foi o decreto presidencial de 1995 do então presidente Fernando Henrique, que criou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra que representou uma importante estratégia de aproximação do movimento negro com o Estado Brasileiro” (LIMA, 2015 p.35).

A partir de então, diversas ações mais específicas começaram a ser delineadas envolvendo vários ministérios, buscando formas de ampliar o escopo da questão racial no âmbito governamental, no que tange as ações afirmativas destacaram-se especificamente, além da criação de GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, o GTEDEO – Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e Ocupação e pelo Ministério Público Federal através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, o Grupo Temático de Trabalho sobre Discriminação Racial (LIMA, 2015 p.35).

Essas ações ocorreram no governo de Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de pensar ações que modificasse essa situação. E foi nesse contexto que a demanda do movimento negro por políticas Afirmativas começou a ocupar espaço na mídia, na arena política e desencadeou importantes legislações e políticas públicas na realidade étnico racial no Governo do presidente Lula.

Algumas legislações foram divisores de águas, principalmente a lei 10.639\03 de 09 de janeiro de 2003, que obriga a inclusão no currículo oficial de ensino o estudo da História e cultura Afro-brasileira nas redes de ensino brasileira, que visa o reconhecimento e valorização deste segmento étnico e a contribuição dos africanos e de seus descendentes para a construção da nação brasileira.

A Lei 10.639\03 veio promover o reconhecimento dos direitos sociais, civis e econômicos, bem como a valorização da diversidade, como também ativar estratégias pedagógicas de valorização da população negra a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente no seio das relações raciais no Brasil, o respeito a descendência africana, e visibilidade da história e formação das religiões de matriz africana como forma de criar mecanismos de respeito a elas.

Outro marco importante nas leis educacionais foi a aprovação unânime em 10/03/2004, pelo Conselho Nacional da Educação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História da Cultura Afro-brasileira e Africana. Essas diretrizes têm como propósito consolidar a Lei 10.639\03 e ser uma referência para planejar políticas educacionais, formação de profissionais e para incentivar desenvolvimento de pesquisas bem como envolvimento comunitário, essas diretrizes normativas são reguladoras dos ditames constitucionais e de marcos legais nacionais, na medida em que procedem a quem construiu a nação brasileira.

“ A implementação desta lei pode ser vista como um dos fatores que possibilita se pensar o espaço escolar como multiplicador de discursos que rasuram estigmas e estereótipos cristalizados, a fim de formar indivíduos críticos, que não considerem a diferença como algo a ser combatido. Assim, pensar na educação aliada a trajetória histórica do negro é gerenciar suportes para transformar o presente, com vistas a desenhar novos rumos para o futuro ”.
(OLVEIRA; FERREIRA 2011 p.04)

Tivemos a criação da SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, decreto 5.197/2003 de 23 de maio de 2003, que foi estabelecida para formular, coordenar e acompanhar políticas transversais de governo para a promoção da igualdade com um olhar específico que foque minuciosamente a questão racial de forma intersetorial, que inspirou os

estados e municípios na criação de secretarias e departamentos com esse viés, que se articulam em rede com os movimentos sociais na implantação de fóruns, debates, congressos, atividades sócio-educativas, campanhas que objetivam a promoção da diminuição das desigualdades raciais.

Outro avanço foi Estatuto da Igualdade Racial, projeto de Lei nº 12.288 de 20 de junho de 2010, instrumento criado para equipar direitos e que assegure o cumprimento das leis reparatórias já existentes, o estatuto torna-se o instrumento legal que assegure o direito e deveres que englobem a população negra e que garanta a legalidade das mesmas.

Essas iniciativas foram institucionalizadas no Brasil, a partir dos acordos firmados na 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela ONU (Organização das Nações Unidas), realizada na cidade de Durban, África do Sul em 2001 e da articulação política do movimento social pela luta dos direitos humanos das pessoas negras.

2.1.3 A Importância da Conferência de Durban para o Brasil

No mês de setembro de 2001, em Durban, África do Sul, cerca de 170 países se fizeram representar na 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata com o objetivo de definir estratégias globais de combate ao Racismo e à discriminação em suas distintas vertentes e manifestações (SABOIA; PORTO 2001 p.1).

As negociações em volta dos documentos de Durban foram polêmicas, principalmente em relação ao reconhecimento da escravidão e do tráfico de escravos como crimes contra a humanidade, isso incomodou os países ocidentais, os principais protagonistas do colonialismo, mas por sua vez foi de suma importância para os países africanos, pois se intensificou para eles as formulações das diferentes formas de reparação e compensação para os descendentes desses países.

A declaração e o Plano de Ação de Durban apesar de extremamente difícil um consenso foi alcançável, no que tange o prosseguimento da ação internacional no combate ao Racismo e á intolerância, não foram resolvidas as questões, mas definiram uma plataforma e mecanismos de visibilidade internacional. Há quem considere Durban uma conferência perdida. Desde já isso parece falso, sobretudo no que diz respeito ao Brasil (SABOIA; PORTO, 2001, p.23), que apesar das críticas impostas a conferência, para quem a mesma teve uma significação muito grande no que diz respeito a mudança na percepção sobre a existência e as consequências do racismo no país.

Ao Brasil é conferido a condição do maior país negro fora do continente africano, e que carrega no contexto geral da maioria da população, como mencionado anteriormente, desvantagens referentes à empregabilidade, saúde e educação, e a disparidade nos índices de qualidade de vida, e isso sempre provocou setores da sociedade civil, dos movimentos sociais a mobilizar articulações em combate ao racismo no país, e em relação a Conferencia de Durban não foi diferente.

“Nas primeiras discussões sobre a preparação da participação brasileira na Conferência de Durban, setores da sociedade civil criticaram o governo pelo que identificavam como falta de vontade política para comprometer-se com a causa do combate ao Racismo e a intolerância, prova disso, seria, segundo eles, a falta de disposição de Brasília para que a Conferência Preparatória Regional das Américas se realizasse no Brasil ” (SABOIA; PORTO, 2001 p.23).

Sendo assim, a participação brasileira foi coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) com ampla participação do Governo e da sociedade civil, onde criaram um Comitê preparatório com membros de ambos os segmentos que se envolviam com as lutas não só contra o racismo, mas em favor dos indígenas, mulheres, homossexuais entre outros.

Além da SEDH, o Ministério das Relações Exteriores e a Fundação Palmares foram responsáveis juntamente com Sindicatos, organizações não- governamentais e Universidades pela articulação de seminários e ciclos de debates que antecederam a Conferência, que culminou na realização da Primeira Conferência Nacional contra

o Racismo e a Intolerância, no Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 1700 pessoas de todo o país, em Julho de 2001. A conscientização em torno da importância de Durban foi a principal pauta de sensibilização e mobilização em torno da população e das demandas que os delegados\as brasileiros levariam para o evento.'

A Conferência brasileira de certa forma, foi de suma importância, para o enriquecimento sobre a manifestação do racismo e da intolerância no país, e um maior interesse em torno das temáticas, que fez da delegação brasileira a maior em números de delegados\as na Conferência Internacional. Segundo Saboia e Porto (2001 p.24): " A participação brasileira foi extremamente ativa, pois a delegação apresentou e defendeu posições avançadas sobre temas relacionadas aos afro descendentes em geral, aos povos indígenas, aos temas de gênero e as minorias sexuais entre outros ".

Em resumo, os documentos de Durban trouxeram para o Brasil algumas recomendações com possibilidades de serem efetivadas como avanços, dentre eles, Saboia e Porto (2001), destacaram:

- Reconhecimento aos afro descendentes dos direitos à cultura e identidades próprias, à participação igualitária na vida econômica e social, ao uso e conservação dos recursos naturais de terras ocupadas ancestralmente (quilombos), a participação no desenvolvimento de sistemas e programas educacionais e a livre práticas de religiões se de matriz africana. Também se aponta para a necessidade de adoção de medidas especiais e ações positivas para as vítimas de Racismo, e para a necessidade de apropriada representação em instituições educacionais, partidos políticos, parlamento.
- Reconhecimento da necessidade de se estabelecerem internamente políticas de desenvolvimento social baseadas em dados estatísticos confiáveis, com vistas a assegurar aos grupos vítimas de racismo e discriminação.
- Condenação de ressurgimento de movimentos e organizações neonazistas, neofascistas ou xenófobas. Recomendação de leis e códigos de conduta para combater o uso da internet para a difusão de propaganda e idéias de cunho racista.

Em análise dessas recomendações, conclui-se que a mudança da percepção e as consequências do racismo foi o maior ganho para a população brasileira, pois a partir de então, a institucionalização de medidas legislativas foram sancionadas em

relação a discriminação como foram citadas anteriormente. Fato fundamental para constitucionalidade do uso do critério racial nas políticas de Ações Afirmativas, como o sistemas de cotas de acesso ao ensino superior em instituições públicas e privadas no dia 26 de abril de 2012 pelo Supremo Tribunal Federal; que foi iniciada no Brasil no ano 2000 no Estado do Rio de Janeiro, quando o governador Anthony Garotinho, sancionou a lei que estabelecia a reserva de 50% de vagas nas Universidades públicas do Estado para aluno\as que tivessem cursado integralmente o nível fundamental e médio em escolas públicas. (LIMA, 2015 p.36).

2.1.4 - A Juventude e o Acesso ao Ensino Superior

Com a adoção da política de reservas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ, a mesma ganhou força no país, e chegou em outras universidades, tendo como destaque a UNEB (Universidade do Estado da Bahia) que adotou logo em seguida. Muito foi discutido sobre os critérios em relação ao recorte racial e a condição socioeconômica, antes da lei de 2012, este intenso debate sempre esteve presente na sociedade brasileira, que resulta do fato de que tais políticas tocam em elementos constitutivos das relações raciais brasileiras, a identidade racial e dilema " raça e classe " (LIMA,2015 p.37).

No que diz respeito à adoção do sistema de cotas na Bahia destacamos medida da Universidade Federal da Bahia, que implementou em 2005, um sistema de vagas que priorizasse os/as estudantes oriundos do ensino médio em escolas públicas. Esse sistema possui um diferencial em relação à cor do/da estudante, distribuindo essas vagas preferencialmente aos/as auto declarados/as negros, pardos, com percentuais referentes aos indígenas descendentes e uma reserva de duas vagas em cada curso para indígenas aldeados e remanescentes de comunidades quilombolas.

Segundo Jocélio Teles dos Santos e Delcele Mascarenhas Queiroz (2005 p.58):

" A reserva de vagas adotadas pela UFBA implicou em mudanças significativas na forma de ingresso. O sistema tradicional até então adotado, era amparado, exclusivamente, no critério de classificação por desempenho na primeira e segunda fase do

vestibular. Desse modo, variáveis como raça, cor, gênero, renda familiar ou origem escolar não tinham peso no ingresso dos estudantes. O sistema de reservas de vagas, ao contrário do anterior, incorporou candidatos que, oriundos do sistema público de ensino e tendo obtido pontuação mínima na primeira fase, passaram a ter condições de competir na segunda fase e, conseqüentemente, ingressar na Universidade mais tradicional do estado da Bahia”.

A adoção do sistema de reservas de vagas na UFBA foi a partir de iniciativa de camadas do movimento negro de Salvador, principalmente de estudantes vinculados ao DCE- Diretório Central dos Estudantes em 2002, que encaminhou a reitoria diversos documentos, além de manifestações e ciclos de debates que enalteciam a imensa necessidade dessa adoção. E depois de mais dois anos em negociações conseguiram implementar o sistema na referida instituição.

“ A decisão do conselho universitário da UFBA em adotar um sistema de ações afirmativas foi compreendida por uma análise de uma conjuntura nacional e internacional que se retroalimentam de demandas dos movimentos sociais, cada vez mais fracionados, e paradoxalmente articulados entre si” (SANTOS; QUEIROZ,2005 p.68)

Algumas críticas em torno da questão de raça, e sua institucionalização no estado brasileiro, foram feitas no sentido de questionar a dificuldade da identificação do ser negro em virtude de um ideário de miscigenação. No entanto, os defensores afirmam que na sociedade brasileira existem grupos sociais que se identificam e são identificados com marcadores derivados da ideia de raça e que há fortes hierarquias sociais, desigualdades e discriminações que correspondem a esses marcadores. Portanto, é legítimo que o estado brasileiro absorva demandas motivadas pela vontade de beneficiar pessoas discriminadas negativamente a partir de marcas raciais (GUIMARÃES, 2003).

No que diz respeito à sobreposição raça e classe, as políticas sociais são encorpadas para combater a desigualdade, pois cabe à maioria negra, e são quem carrega os índices de pobreza, e não tinham uma oportunidade de ascensão social e nem intelectual, por isso que as ações afirmativas de acesso ao ensino superior vieram para tocar no espaço de privilégio das classes mais abastadas e em benefício principal a juventude negra que passou a ter um aumento significativo no

número de ingressos nos espaços acadêmicos, visto que antes essa representação não passava de tímida ou quase inexistente.

Esse aumento podemos observar no ingresso na própria UFBA, segundo Jocélio Teles dos Santos e Delcele Mascarenhas Queiroz (2013 p.44): “ Antes de 2005, quando o sistema de cotas foi implementado o ingresso de negros/pardos que estavam em menos de 10%, chegou em 2011 a 22,3%, outro dado que chama atenção é o aumento de negros selecionados em cursos de prestígio como direito e medicina que em 2005 era de menos de 8,1%, chegou em 2011 a 15,09%”.

O cenário da juventude negra, a partir das políticas de Ações Afirmativas vem sendo mudado, com um olhar em torno de suas especificidades, não só no que tange educação e o acesso e permanência no ensino superior, mas em uma ampla demanda, que questões de segurança, vulnerabilidade e risco social, cultura, trabalho, acesso a tecnologia, que foi identificada durante o Encontro Nacional de Juventude Negra.

Destaco que juventude tem como características principais as expectativas, desejos, sonhos e desafios, e como diz Juarez Dayrell (2002):

“ não se reduz a um momento de transição, a um tempo de prazer e expressão de comportamentos exóticos e nem tampouco se restringe a uma fase de crise dominada por conflitos com auto-estima e/ou personalidade, embora não seja fácil construir uma definição da juventude como categoria, uma vez que os critérios que a constituem são históricos e culturais, podemos entendê-la, ao mesmo tempo, como uma condição social e tipo de representação. Essa compreensão poderá alargar a nossa visão sobre esse importante tempo/ciclo da no que ele representa de universal – do ponto de vista do desenvolvimento físico e mudanças psicológicas – e também de particular – nas suas variações e diversidade de condição, social, sexual, de gênero, de raça, de valores localização geográfica, entre outros”.(DAYRELL,2002,p.04

A juventude pode ser entendida como:

...Parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas quem tem mas suas especificidades que marcam a vida de cada um, juventude constitui um momento determinado, mas que se reduza uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que se proporciona”. (DAYRELL, 2002 p.04)

Entender juventude possui desafios e questionamentos para além da socialização em espaços, estar ligada a peculiaridades que vão além da discussão conceitual da categoria idade, e sim compreendê-la na articulação com a diversidade racial e suas interfaces.

Para a professora Nilma Lino Gomes (2003), "Existem diferentes formas de "ser jovem" e diversas interpretações sobre juventude, dilemas e desafios. A maneira como os jovens são tratados e vistos pela família, pelo poder público, pelas universidades e pela sociedade está relacionada com a construção, histórica e cultural desse tempo \ciclo da vida, e as possibilidades de expressão juvenil, estão relacionadas com a forma como se estabelecem as relações de poder. É nesse aspecto que a organização juvenil torna-se imprescindível, a exemplo do Encontro Nacional da Juventude.

O Encontro Nacional da Juventude Negra- ENJUNE, foi realizado entre os dias 27 e 29 de julho de 2007, na cidade de Lauro de Freitas no Estado da Bahia, com o tema *Novas perspectivas na militância étnico\racial*. Esse evento foi fruto do processo de consolidação da organização da juventude negra brasileira e de redes do movimento negro com o intuito de construir novas perspectivas para o panorama étnico\racial no Brasil.

Segundo o relatório do ENJUNE os objetivos do encontro foram:

- O intercâmbio entre os grupos, coletivos, organizações e atuantes da juventude negra, - A socialização de experiências e ações da juventude negra entre os\as participantes através das atividades propostas pelo encontro, - A construção do relatório, que tem por objetivo servir de orientação para a implementação de políticas e ações focais para esta juventude, auxiliando nas ações do poder público, sociedade civil organizada e da própria juventude negra, - A criação de uma rede de comunicação para a juventude negra, que reúna e de distribua informações sobre esta juventude, -A efetivação de um Fórum Nacional de Juventude Negra que articule e promova a participação política e social dos\as jovens negros. Este fórum se constitui como polo articulador principal para implementar e coordenar as ações apontadas pelos resultados pelo ENJUVE." (RELATÓRIO FINAL DO ENJUNE, 2007 p.04).

O encontro foi distribuído em 14 eixos temáticos de discussões entendidos como pertinentes para a conjuntura da juventude negra brasileira, que orientaram os

debates durante as rodas de discussão e serviram como condutores para a construção das propostas que efetivem políticas públicas em benefício a juventude negra: I – Cultura, II – Segurança, vulnerabilidade e risco social, III – Educação, IV – Saúde, V - Terra e Moradia, VI – Comunicação e Tecnologia, VII - Religião do povo negro, VIII - Meio ambiente e desenvolvimento, IX – Trabalho, X – Intervenção social nos espaços políticos, XI - Reparações e ações afirmativas, XII - Gênero e feminismo, XIII – Identidade de gênero e orientação sexual, XIV – Inclusão de pessoas com deficiência.

O processo de construção do ENJUNE se deu a partir do trabalho das Comissões Organizadoras Nacionais, distribuídas entre captação de recursos, comunicação, articulação e mobilização, infra-estrutura, regimento e regulamento, programação cultural e metodologia. A coordenação nacional do Encontro Nacional de Juventude Negra foi composta por representantes das comissões organizadoras e estados participantes, e teve como principal função garantir a realização do ENJUNE, disseminar as informações sobre a construção do encontro pelo país e estimular a participação da juventude brasileira neste processo político. Assim, precedido de encontros estaduais o ENJUNE, reuniu em torno de 700 pessoas entre delegados, observadores, palestrantes, coordenadores estaduais e nacionais, apoio, convidados da sociedade civil organizada e governo.

As demandas da juventude negra deste país são muitas, que só serão sanadas através da pressão exercida contra o estado e a sociedade. O processo que resultou no ENJUNE e na construção do Fórum Nacional de Juventude Negra, vem se consolidando como espaço nacional que se mostra como ferramenta reivindicatória e de intervenção efetiva rumo à construção de novas perspectivas de atuação na militância étnico/racial.

Em suma, o ENJUNE foi um grande mecanismo na condução da efetivação das políticas públicas em favor da juventude negra. E o relatório resultante do encontro deve ser considerado como um mapeamento expressivo das demandas, questões e perspectivas. E evidencia ainda mais o debate em âmbito nacional, onde o objetivo principal é uma articulação de uma intervenção política. O Fórum da Juventude Negra veio sendo construído em paralelo ao Encontro Nacional de Juventude

Negra, foi organizado e composto por jovens negros\as, estruturado de forma plural, suprapartidária, afro centrada e sem vínculos religiosos. A iniciativa visa manter uma articulação permanente entre os\as jovens negros e negras, garantindo a autonomia das articulações estaduais com iniciativas regionais.

O Fórum Nacional de Juventude Negra consiste em ser um espaço de diálogo e aglutinação de propostas que garanta o protagonismo juvenil negro e impulsiona a implementação das políticas necessárias para os\as jovens negros\as.

A construção de políticas públicas que reafirmem o conteúdo do relatório do Encontro Nacional da Juventude Negra são imprescindíveis para a diminuição das desigualdades que esses/as jovens vivem, aprofundaremos as discussões em torno das questões educacionais, principalmente aquelas que envolvem a garantia do acesso e permanência nesse segmento do ensino superior. Sendo assim, conclui-se a eficácia do sistema de cotas que segundo levantamento feito por João Feres Júnior, coordenador do Grupo de Estudo Multidisciplinar de Ação Afirmativa, 90% das Universidades públicas incluem critério étnico racial nas suas políticas. (LIMA, 2015 p.38).

Essa eficiência na construção dessas políticas abriu espaço para adesão de outros programas importantes de grande impacto como o Pro Uni (Programa Universidade para Todos), de grande valia dentro na agenda governamental. O Pro Uni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos superiores de graduação em instituições privadas de educação superior, criado pelo Governo Federal em 2004 e oficializada pela Lei nº 11.096, em 13 de Janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida, isenções de tributos às instituições de ensino que dele participam (LIMA, 2015 p.39).

O Pro Uni, foi o primeiro programa de inclusão educacional de competência do Governo Federal, pois as instituições públicas antes tinham autonomia ou não na adoção de cotas, o programa atua na concessão de bolsas de estudo para quem se auto declararem pretos ou pardos e indígenas, com renda familiar de até três salários mínimos, e ter feito o ensino médio em escola pública, o sistema de seleção é através do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), e cabe as instituições a oferecer vagas do programas em todos os seus cursos de maneira proporcional.

Esse programa representa uma ampliação do acesso ao Ensino Superior, enquanto política de diminuição das desigualdades de oportunidades é eficaz, mas que enfrenta problemas de formação de estudantes do sistema privado como a pouca oferta de carreiras de prestígio e de maior retorno em relação ao mercado de trabalho (LIMA, 2015 p.39). Esses problemas são relevantes, mas é inegável o ganho no que refere a mobilidade de inclusão ao ensino superior, que sempre foi negado aos descendentes dos/as escravizados/as.

Outra grande aquisição no acesso ao ensino superior foi o Sistema de Seleção Unificada (SISU)², que proporciona acesso ao ensino de um grande número de pessoas, que se viam desacreditado em busca de formação educacional em uma instituição pública. Também se tornou preocupante, a permanência dos/as vulneráveis para a conclusão nos seus cursos de graduação, e a partir de então foram intensificadas nas Universidades as políticas de Assistência Estudantil, que viabilizam subsídios financeiros, como Auxílio moradia, transporte e alimentação, assim como as bolsas de iniciação científica, que além de incentivar o fomento a pesquisa e extensão, os/as estudantes são beneficiados/as com apoio financeiro.

A implementação dessas políticas públicas educacionais estão difundindo o acesso ao ensino superior, principalmente para a população negra e de baixa renda. Isso é um mérito inegável das redes de articulação do movimento negro, que de forma articulada vem atuando em busca da diminuição das desigualdades. Neste sentido destaco que a partir da década de 1980 com a abertura política, retomada das lutas populares, mobilizações e articulações das mais variadas vertentes, surgiu a proposta de uma educação popular para trabalhadores, estudantes de baixa renda, estava nascendo os Pré- Vestibulares Populares, organizados pela sociedade civil e por movimentos sociais. Eles tiveram seus primeiros registros no Estado do Rio de Janeiro e foram importantes na consolidação das tantas conquistas da população Negra, principalmente por disseminar uma perspectiva transformadora.

2.1.5 Pré- Vestibulares Populares\ Quilombos Educacionais

O primeiro projeto que surgiu com esse perfil foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

2-Criado pelo Ministério da Educação por meio da portaria normativa nº 2 de 26 de janeiro de 2010, consiste em um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério, para a seleção de candidatos/as a cursos de graduação, disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participante, e vem sendo utilizado por diversas instituições desde 2010, e considera as notas do ENEM, como critério de seleção, mas não desconsidera a questão racial e ter concluído ou estar cursando o ensino médio em escolas públicas como pré-requisito a concorrer vagas destinadas no perfil de cotas, é oferecido duas vezes no ano e os inscritos podem concorrer as vagas de qualquer instituição cadastradas.

aprovação no Vestibular, mas também com a dinâmica de atuação política, investindo na formação de seus participantes, desenvolvendo eventos e discussões que abordavam temas políticos, econômicos, sociais, culturais, raciais e de gênero, valorizando as ações coletivas e a organização popular. E ainda:

“ A fim de alargar o campo de atuação do movimento, integrando-o á discussão dos rumos da Universidade, da Educação e da cultura, esse projeto propõe a contribuir para a formação educacional e cultural dos funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e seus dependentes, dos trabalhadores sindicalizados e de moradores das comunidades populares, através de três subprojetos, além do Pré- Vestibular, um curso de Alfabetização e Supletivo de 1º e 2º grau, e um curso de Formação Sindical e Cultural ” (SINTUFRJ,1996).

E neste sentido:

“Desde seu início, o Pré- vestibular se mostrou uma experiência de desafios pedagógicos e políticos, que se refletem na tentativa de construir, uma prática pedagógica que desenvolve uma consciência crítica e, ao mesmo tempo, prepare os alunos para os exames vestibulares (...) No plano político, abriu um espaço de debate e reflexão da prática social dos alunos- trabalhadores, que busca contribuir para a formação de uma consciência de classe fundamental na vida social e na futura trajetória universitária desses alunos. A ação política vem se materializando na parte pedagógica, através do domínio crítico dos conteúdos transmitidos e da relação professor\ aluno, objetivando que os alunos ocupem o papel de sujeito ”. (SINTUFRJ, 1996).

Outra iniciativa de destaque com esse perfil foi o “Pré- Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), surgiu em 1993 na Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, por iniciativa de um grupo de educadores incomodados e descontentes com as dificuldades de acesso ao ensino superior, principalmente dos estudantes de grupos populares e discriminados. Visando ainda a articulação de setores excluídos, o PVNC também se propunha a desenvolver uma luta ampla pela democratização educação e contra a discriminação étnica e racial” (NASCIMENTO, 1999 p.76).

Foi uma das primeiras iniciativas dessa modalidade de ensino que obteve um crescimento considerável chegando a funcionar em até 20 núcleos em todo Estado, a crescente aprovação nos vestibulares das universidades públicas não foram os únicos méritos da instituição, mas a definição de princípios e objetivos com o intuito de construir uma identidade e reconhecimento político.(NASCIMENTO,1999).

Na Carta de Princípios do PVNC, são proclamadas como princípios a democracia, a ação afirmativa como política cultural da identidade, ação política da sociedade e não somente políticas públicas destinadas a determinados grupos sociais, a educação como um dos canais de inclusão social, pertencimento a cidadania e de alargamento de oportunidades para a população pobre e discriminada, com o papel para a superação do racismo e da discriminação sócio- cultural, sendo portanto indispensável a construção de uma sociedade democrática, e opção política pela Universidade e Escolas públicas, gratuitas e de qualidade (NASCIMENTO, 1999)

A carta de princípios é uma ferramenta muito importante na didática do PVNC, pois estabelece as diretrizes e metas a serem alcançadas pelo projeto na atuação para fomento a inserção ao ensino superior e o reconhecimento político, dentre as quais, destacam-se:

- Criar condições para que os estudantes discriminados por raça, etnia, sexo ou situação econômica, concorram nos vestibulares das Universidades públicas, em condições concretas de aprovação e inclusão ao ensino superior.

- Realizar um trabalho de formação política, desenvolvendo atividades que contribuam para a compreensão histórico- crítica da sociedade das relações raciais, das contradições e conflitos da realidade social.

- Servir de espaço público de elaboração de propostas e discussão política sobre justiça, democracia e educação.

- Lutar contra qualquer tipo de discriminação na sociedade e educação. (NASCIMENTO 1999 p.80).

Para cumprir com esses princípios o PVNC, possui na sua grade curricular de ensino, além das disciplinas tradicionais, o componente " Cultura e Cidadania ", que é um momento de desenvolver com alunos e professores, debates sobre racismo, discriminação, preconceito, cultura ideológica, cidadania, democracia, políticas públicas, questões da mulher, violência policial, direitos constitucionais, civis e trabalhistas, movimentos sociais, conjuntura política e econômica, neoliberalismo, globalização etc.'(NASCIMENTO, 1999 p.87).

Em relação a disciplina " Cultura e Cidadania " destaca-se que sua construção pedagógica é diferente das demais disciplinas, pois é aberta para que o conjunto construa uma visão de si e dos outros (sociedade), numa dinâmica que engloba palestras, debates, com o objetivo de potencializar as ações políticas, culturais dos

educandos na perspectiva de desenvolver um trabalho de conscientização e formação de militância para as lutas populares por democracia e justiça social. E o resultado dela, é a aquisição de novos/as formadores/as de opinião, que primam pelo prosseguimento deste formato de conscientização, e na maioria dos casos se tornam novas referências não só para a militância, mas também para a própria instituição, pois o contato com esse tipo de metodologia visa proporcionar a apropriação crítica do conhecimento e despertar as pessoas para a necessidade de construção de sociedade menos desigual.

“ Então, esta concepção do tempo presente – quilombos contemporâneos – é um momento histórico com um olhar no passado – quilombamento de escravizados/as – e é neste trânsito temporal (passado, presente, futuro) que a cultura africana, ao ser retomada, se ressignificar, se redimensiona (...). (NUNES, 2006 p.153).

Esse formato de fazer educação com uma visão de inclusão social ganhou proporções no Estado do Rio de Janeiro e em todo país, dentre os quais podemos destacar um projeto que surgiu em 1992, um ano antes do PVNC, a Cooperativa Steve Biko na Bahia, em homenagem ao líder Africano, morto pelo apartheid.

2.1.6 – Instituto Cultural Steve Biko: Referência na Bahia.

O processo de criação do Instituto Cultural Steve Biko foi iniciado em 1991, nos encontros para a realização do Seminário Nacional de Estudantes Negros- SENUN, que iria ocorrer em 1993, vários encontros nesse período ocorreram com o intuito de se criar algum projeto educacional que ajudasse a diminuir a pouca representatividade da população Negra no ensino superior. (NASCIMENTO, 2007 p.19).

A invisibilidade negra nas Universidades baianas principalmente na Universidade Federal da Bahia- UFBA motivou jovens negros universitários a construírem ações concretas para que a juventude negra soteropolitana superassem as barreiras de acesso e inclusão no mundo acadêmico, e assim depois de diversos encontros e articulações no Jardim da Faculdade de Economia da UFBA, no dia 31 de Julho de 1992, nascia a Cooperativa Steve Biko, fundada por um grupos de jovens negros/as dentre eles/as podemos destacar Sílvio Humberto e Maria Durvalina³.

Nas palavras de Guimarães Nascimento (2007 p.19):

“Esses estudantes fundadores participavam de várias vertentes do movimento social, como grêmios estudantis, entidades negras e Comunidades Eclesiais de Base, ligadas a Igreja Católica, além de amigos freqüentavam ensaios de blocos afros e outros eventos culturais, e que se tornaram mas coesos na realização do Seminário Nacional de Estudantes Negros- SENUN. Nessas reuniões preparatórias e no próprio SENUN aconteceram muitas discussões em relação as causas da pouca representação da população negra no ensino superior, que resultou na criação da Cooperativa, um Pré- Vestibular foi a ação definida pelo grupo, onde suas primeiras aulas foram realizadas na sala do Diretório Central dos Estudantes- DCE da UFBA, cedida pelo líderes estudantis da época”.

A primeira turma do Pré- Vestibular foi iniciada no segundo semestre de 1992, com 40 alunos, que ao final tornaram-se 25. O resultado foram 13 aprovações no vestibular. Os/as primeiros/as instrutores/as do projeto foram seus próprios/as idealizadores/as, onde muitos/as deles/as não tinham formação específica nas disciplinas que lecionavam, mas dominavam o conteúdo exigido no processo do vestibular.

A partir de então:

“A Cooperativa, ganhou espaço no cenário educacional de Salvador, que demandou da equipe gestora a formação de uma equipe pedagógica e de um corpo docente mesmo sem receber nenhuma remuneração apenas vale- transporte. O sucesso da Steve Biko foi tão grande com as expressivas aprovações nos vestibulares, que a instituição não deu para comportar a demanda de procura, pela falta de recursos e condições como espaço físico. Então foi estabelecido um processo seletivo em duas etapas: A primeira composta de um questionário com dados raciais, sócio- econômicos e familiares, de uma redação e de uma entrevista, essa seleção utiliza critérios sociais devendo os alunos ter renda familiar entre zero e três salários mínimos, com prioridade para os alunos que participam de certas atividades como movimento estudantil, social, negro, entre outros, onde a maioria dos postulantes as vagas são indicados por entidades do movimento negro. A segunda etapa consiste em um curso de nivelamento de 45 dias, onde são ministradas as matérias básicas (português e matemática)”.(NASCIMENTO, 2007 p.26).

Administrativamente a Steve Biko é dividida em três instâncias responsáveis por todas as atividades desenvolvidas pelo projeto: O Conselho Geral é o órgão

3-Silvio Humberto é economista, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, além de funcionário público do Município de Salvador, atualmente exerce seu primeiro mandato de vereador da capital baiana. Maria Durvalina é Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, tem mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia, professora da faculdade Dois de Julho em Salvador, e também atua como coordenadora de ensino da Rede Municipal de Salvador.

estudantil; a Diretoria Executiva composta por conselheiros e fundadores e efetivos, é ela que administra a instituição e composta por diretores executivos, financeiro, político, administrativo, pedagógico, de ação social, imprensa e relações exteriores. Hoje quem exerce a função de diretora executiva é a professora Jucy Silva⁴. E tem o conselho fiscal responsável por gerir, observar as finanças da instituição.

O Pré- Vestibular é o carro- chefe da instituição, mas não é o único projeto. Há por exemplo o OGUNTEC -Programa de Fomento a Ciência e a Tecnologia, responsável em estimular a aptidão dos jovens para área do desenvolvimento tecnológico e das ciências exatas; o POMPA- Programa Mentas e Portas Abertas que trabalha a inclusão dos jovens no setor privado, o Projeto de Formação de jovens em Direitos Humanos e Antirracismo , que tem como eixo central a promoção da participação da juventude na luta contra o racismo, enfatizando o racismo como grave violação de direitos humanos, se propõe, portanto, a facilitar que jovens negros e pobres das periferias de Salvador tenham acesso as informações necessárias para a construção de um projeto de vida digna” (NASCIMENTO,2007 p.23).

Esse trabalho já é mais que consolidado em Salvador, fato que rendeu para o Instituto Cultural Steve Biko em 1999, o Prêmio Nacional de Direitos Humanos concedido pelo Ministério da Justiça a organizações Não- governamentais que se destacam nas lutas sociais através de mecanismos concretos de luta contra a discriminação em defesa dos direitos humanos, e em 2003, ganhou o Prêmio de Cidadania Universal concedido pela Comunidade Bahia.(NASCIMENTO,2007,p.21).

Esses fatos vieram para proclamar o sucesso do instituto, não só pelo modelo do Pré- Vestibular que ganhou expressiva repercussão, por não só preparar os/as estudantes para o acesso ao ensino superior, mas pelo fomento ao reconhecimento político e étnico- racial, através da disciplina de Cidadania e Consciência Negra (CCN), que tem por objetivo a conscientização sobre o que significam o racismo, o preconceito, e a discriminação na sociedade, a construção da identidade racial através de trabalhos que enfatizam a cultura Negra e a elevação da auto- estima e

4-Graduada em Letras Vernáculas com Inglês pela Universidade Católica do Salvador-UCSal (1999),Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa pela Faculdade Visconde de Cairu (2012). Atualmente Professora Titular - Secretária da Educação do Estado da Bahia e Secretária Municipal de Educação e Cultura. Experiência em coordenação de projetos para a formação profissional, inclusão e empoderamento da população afro-brasileira. Experiência em correção de textos em larga escala, atuando como Diretora Executiva do Instituto Cultural Steve Biko, Coordenadora Pedagógica do Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia e Conselheira do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra-CCN e do Fórum Estadual de Educação Quilombola. É Diretora executiva desde 2012

O Instituto Cultural Steve Biko sempre incluiu no seu currículo através do CCN práticas pedagógicas voltadas para o resgate e a valorização da Lei 10.639/03, que de certa forma, referenda na proposta educacional e pedagógica do instituto, a importância do CCN.

Segundo Guimarães Nascimento (2007 p.35):

“ O Instituto Cultural Steve Biko desenvolve várias atividades em sala de aula visando a construção de uma nova consciência de seus educandos (Consciência racial, de gênero, de classes, dos problemas sociais), há seminários, fóruns de discussões, assembleias, negociações de isenções e bolsas com Universidades, ações judiciais, formulação de propostas para facilitar o acesso e permanência de estudantes das classes populares no ensino superior ”, mas ainda segundo ele “o objetivo desses cursos é de formar lideranças políticas para os movimentos sociais, principalmente aqueles ligados as questões raciais, como também aumentar o número de militantes para organizações já existentes ou que eles possam criar novas organizações políticas ”.

O CCN nasceu pela necessidade de atuação em detrimento das variadas problemáticas enfrentadas pelos jovens, e o corpo gestor, docente e pedagógico do instituto entende que essa disciplina é a válvula impulsionadora da autoestima e de desenvolvimento do pensamento crítico e assim despertar a identidade racial e engajamento político destes estudantes que sempre lhes foram negado uma educação adequada.

A metodologia utilizada pelos professores do CCN é bastante variada, leitura de textos, abordando aspectos da sociabilidade, ética, gênero, racismo, história do negro na África e na Diáspora, exibição de filmes e documentários sobre a temática racial, além de exposição oral do orientador, palestras de convidados e trabalhos em equipe, além de aulas práticas no centro histórico e museus, participação em seminários e debates organizados por outras entidades do movimento social também fazem parte do processo de aprendizagem.(NASCIMENTO,2007,p.36).

Segundo Renato dos Santos, ex -estudante da Steve Biko e hoje coordenador geral do Quilombo Ilha, “ O CCN é o diferencial frente aos pré-vestibulares tradicionais, e

tem como o objetivo tornar nossos jovens formadores de opinião e atuantes nas discussões sobre os direitos da população negra”.(SANTOS,2016)

A rotina pedagógica da disciplina segue um planejamento com conteúdo programático, horários, professores definidos e cinco módulos especificam das temáticas a serem trabalhadas:

“O módulo 1 trabalha com textos sobre ética, integração, família e autoestima, são interessantes e estimula a confiança e a vontade de vencer, premissas fundamentais para manter o preparo psicológico fundamental na aprovação no vestibular; o módulo 2 apresenta noções sobre história da África, Zumbi dos Palmares, resistência indígena e pluralidade cultural. Já o módulo 3 debruça-se pelo panorama socioeconômico do Brasil e versa sobre a exclusão da população negra no mercado de trabalho, a breve história da resistência negra americana e analisa a ideologia do embranquecimento e suas consequências para a população negra; o módulo 4 versa sobre religião afro-brasileira, cultura e meio-ambiente. Por fim, o módulo 5 inclui textos sobre as manifestações do racismo na sociedade brasileira e nos Estados Unidos, de forma eficiente traça um paralelo entre as lutas pelos direitos civis dos negros norte-americanos e as ações empreendidas contra a exclusão racial no Brasil.(NASCIMENTO,2007,p.37)

Esse modelo da disciplina de CCN tem uma resposta positiva em grandes dimensões, pois contribui na formação da maioria dos ex- estudantes da Steve Biko, muitos deles creditam a essa disciplina a mudança de comportamento, a confiança, a aceitação como negro\a e principalmente o enriquecimento intelectual adquirido.

Esse modelo de ensino do Instituto Cultural Steve Biko, se expandiu na Bahia e começou a difundir a criação de vários cursos Pré- vestibulares Populares, principalmente na Região Metropolitana de Salvador, que passaram a ser conhecidos como Quilombos Educacionais, por seus idealizadores entenderem, que eles são espaços de resistências como os antigos quilombos na época da escravização por isso essas instituições têm a Steve Biko como principal referencial.

“ Os quilombos de outrora e os quilombos educacionais partilham da idéia de se pensar o espaço quilombola como um local onde se constroem e se propagam saberes, um lugar onde se preserva uma cultura ancestral, e, mais além, um ambiente onde indivíduos refletem sobre sua própria condição negra, e podem

ousar e rasurar as estruturas cristalizadas de uma sociedade ainda atravessada por imposições hegemônicas”. (OLIVEIRA; FERREIRA 2011 p.9)

Através do crescimento desses cursos na Bahia, foi criado o FOQUIBA- Fórum de Quilombos Educacionais, que nasceu com o intuito desses quilombos educacionais pudessem se reunir para traçar metas para a manutenção e crescimento desse modelo de ensino, o Foquiba foi criado em 2001, com o objetivo de organizar os quilombos educacionais da capital de Salvador, assim como da Região Metropolitana.

Não objetiva desse modo uma homogeneização, mas pelo contrário, propõe-se a valorizar a autonomia de cada órgão, por que esta é a melhor maneira de atuar conjuntamente. O fórum reúne também mais sete instituições além da Steve Biko, o Quilombo Milton Santos (IAPI), Quilombo Irmã Santa Bakhita (Sussuarana), Quilombo do Orubu (Cajazeiras), Quilombo Semear (São Gonçalo do Retiro), Coequilombo (Plataforma), Quilombo Cabricultura (Cabrito de Baixo) e o Quilombo Ilha (Ilha de Vera Cruz), atuando com grupos socialmente vulneráveis em sua maioria jovens negros\as oriundos de escolas públicas e residentes em bairros periféricos, cujo objetivo é adentrar a universidade como forma de superação das desigualdades sócio - raciais.

Ele se constitui como uma tentativa de conjunção desses quilombos, no sentido de produzir uma linha pedagógica diferenciada e adequada as necessidades específicas dessas instituições e dos seus participantes, acreditando na urgência de uma educação antirracista. Para tanto, investe na promoção de seminários, encontros, cursos, formação de professores para integrantes ou não dos quilombos.

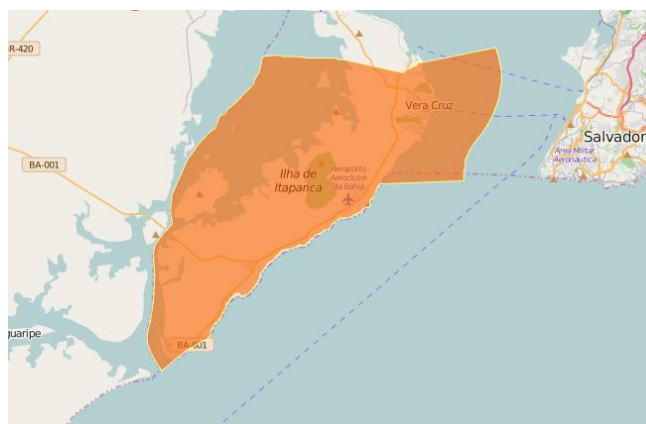
Em suma, essa atuação em rede, a experiência e o sucesso principalmente do Instituto Cultural Steve Biko, foi o principal motivo que fizeram vários profissionais da área de educação na Bahia, procurassem os técnicos da instituição na ajuda para implementação de projetos semelhantes em diversas regiões do estado, e não foi diferente com os educadores do município de Vera Cruz, na Região Metropolitana, mais precisamente na Ilha de Itaparica, que aderiram a proposta da

Steve Biko como piloto para a criação do “ Pré- vestibular Educar para Transformar ” que depois se chamaria Quilombo Ilha.

2.2. O MUNICÍPIO DE VERA CRUZ E O PRÉ- VESTIBULAR QUILOMBO ILHA

2.2.2 CONHECENDO O MUNICÍPIO VERA CRUZ

FIGURA 1 – Mapa da Ilha de Itaparica



Fonte: IBGE

Vera Cruz é um município do Estado da Bahia, que faz parte da Região Metropolitana de Salvador, limita-se geograficamente ao Norte por Itaparica, a Sul com Jaguaripe, a leste, Salvador e o Oceano Atlântico estão a oeste. Divide-se administrativamente em Distrito, são eles: Mar Grande (Sede), Barra do Gil, Jiribatuba e Cacha Pregos, e cada Distrito é dividido de pequenos vilarejos, tem uma área de 253 km² e está situado 289 km de Salvador ou 45 minutos de viagem marítima pelo sistema de lanchas e ferry-boat. Ocupa a 47^a posição do Estado da Bahia, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Social, o que significa que é uma cidade de médio desenvolvimento humano.(PPA-2010;2017)

Historicamente emancipa-se politicamente de Itaparica no ano de 1962 amparada pela Lei Estadual nº 1773\ 62 de 31 de julho e passou a integrar a Região Metropolitana de Salvador impulsionada pela Lei Complementar (Federal) nº 14 de 08 de junho de 1973.

É um município jovem, de acordo com dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do PPA(Programa Pluri Anual) fornecido pela Secretaria de Desenvolvimento Social Agricultura e Pesca do município , Vera Cruz possui uma população de aproximadamente 37.567 habitantes tendo um aumento de 2,37% em relação ao censo do ano 2000, sendo essa taxa superior a média do Estado da Bahia que ficou em 0,70% ao ano. Desse contingente o segmento etário que teve o maior aumento foi a população idosa que sua média de 5,1% no ano 2000 para 7,7% em 2010, outro grupo que teve um aumento considerável foi o de 15 á 29 anos, ou seja, os jovens, que em 2000 eram 9.158 habitantes e em 2010 são para 9.537. O Censo 2010 também demonstrou que do total dessa população 5.992 vivem em situação de extrema pobreza com renda per capita de R\$ 70,00, isso significa que 16,0% da população municipal vivem nessa situação. Deste total 471 vivem na Zona Rural e 5.521 no meio Urbano, dos quais são 377 jovens.

Em relação às atividades econômicas, o município possui como tradição em suas raízes a pesca de subsistência, que sempre predominou como principal meio de sustento da população. Fato esse que vem mudando com o decorrer dos anos, mas que não perde sua relevância principalmente em vilarejos da contra costa como, Catu, Ponta Grossa e Baiacu que sobrevivem dessa atividade e de programas assistenciais do governo. Entre 2005 e 2009 o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 52,4%, passando de R\$ 136,3 milhões para R\$ 207,7 milhões. O que fez com que o PIB do município aumentasse na composição do estadual no mesmo período. A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, que responde por 75,4% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 13,6% em 2009 contra 17,8% em 2005.

Sobre os dados do perfil social de Vera Cruz, segundo o PPA, quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 20,5% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (28,3% da população na extrema pobreza na área rural contra 20,0% na área urbana).

Quanto ao mercado de trabalho formal do município segundo dados do PPA, o mesmo apresentou em seis anos saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 711. No último ano as admissões registraram 845 contratações contra 619 demissões.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, disponibilizados no PPA, o mercado de trabalho informal em 2010 totalizava 3.938 postos, 50,5% a mais em relação a 2004.

Administração Pública foi o setor com maior volume de empregos formais, com 1.647 postos de trabalho, seguido pelo setor de serviços com 1.085 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 69,4% do total dos empregos formais do município.

Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Comércio (de 18,50% em 2004 para 24,78% em 2010) e Administração Pública (de 39,45% para 41,82%). A que mais perdeu participação foi o de Serviços de 36,96% para 27,55%.

O município de Vera Cruz é predominantemente formado de negros e negras, que em sua maioria estão em extrema pobreza somando um total de 5.502 e 3.800 que se declararam ser pardos. O censo também constatou que desses números que englobam a pobreza do município a maioria não estão frequentando a escola ou nunca frequentaram. No diz respeito a educação, nunca foi prioridade em suas vidas, pois a maioria sempre tiveram que abandonar os estudos em virtude de ter que trabalhar para ajudar no complemento do sustento da família e também porque muitos e muitas constituíram famílias logo na adolescência. Em 1991, somente 2,87% dos/as jovens do município conseguiam concluir o ensino médio, que aumentou para 8,9% em 2000 e que cresceu para 13,94% no ano de 2010

2.2.3 - Educação em Vera Cruz

Segundo os dados do PPA (2014-2017) que mostra o Diagnóstico Sócio territorial de Vera Cruz, o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Vera Cruz

é 0,645, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 1991 e 2000 a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,131), seguida por longevidade e por Renda, situação que se repete para o período compreendido entre 2000 e 2010.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 90,66% no período de 2000 a 2010 e 96,95% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 43,81% entre 2000 e 2010 e 137,46% entre 1991 e 2000.

Ainda de acordo com os dados do PPA, entre os jovens de 15 a 17 anos, 13,94% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 8,09% e, em 1991, 2,87%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 2,45% estavam cursando o ensino superior em 2010, 0,42% em 2000 e 0,00% em 1991.

Os indicadores do PPA apontam também que de acordo com a população adulta em 2010, 44,46% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 24,85% o ensino médio. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridades. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 12,15% nas últimas duas décadas.

A taxa de analfabetismo, segundo dados do IBGE (2010), era de 16,08%, sendo de 12,4% em crianças de 7-14 anos. Além do grave problema do analfabetismo, encontram-se nos anos finais, os elevados percentuais de reprovação (20,93%) e evasão (11,28%), de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação de Vera Cruz (SEMED).

Predominantemente formados por negros e negras, como já mencionei, os/as jovens do município em sua maioria não frequentam a escola, configurando a falta de oportunidades de uma possível ascensão educacional. A evasão escolar ocorre em virtude de ter que trabalhar para ajudar no complemento do sustento da família e/ou também porque muitos constituem famílias logo na adolescência, o que reforça

os dados do censo de 1991, que apontam que somente 2,87% dos/as jovens do município conseguiam concluir o ensino médio, crescendo para 8,9% em 2000 e que aumentou para 13,94%, no ano de 2010. (PPA,2010;2017).

Entre 2000 e 2010, no município de Vera Cruz, segundo os dados do PPA (2014-2017), a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 60,82% em 2000 para 62,94% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 24,85% em 2000 para 13,18% em 2010. Com isso, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 16,63% trabalhavam no setor agropecuário, 0,33% na indústria extrativa, 3,73% na indústria de transformação, 12,53% no setor de construção, 1,07% nos setores de utilidades públicas, 16,09% no comércio e 47,60% no setor de serviços.

Segundo o DIEESE, a taxa de desemprego entre a população negra chega a ser em algumas regiões metropolitanas, 46% maior que o índice verificado entre os não negros, sendo esse um problema ainda mais acentuado entre as mulheres negras. A partir da discussão feita, estima-se que Vera Cruz por estar entre as cidades da região metropolitana, também apresenta dados socioeconômicos similares aos dados apresentados anteriormente.

Também são nas áreas periféricas que se concentra o maior número de mães solteiras, afro descendentes, com baixa ou nenhuma escolaridade e pouca inserção no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo esse quadro socioeconômico influencia diretamente na ausência de planejamento familiar conduzindo a uma maior fragilidade dos direitos humanos dessas mulheres e de suas famílias. (RAMOS,2015)

Apesar do baixo índice de jovens egressos do ensino médio, no ano 2000, 0,42% chegou a cursar uma faculdade. Em 2010 esse contingente aumentou para 2,45% e se potencializou no município todo. Entretanto, o número ainda é inferior se comparado ao da capital baiana, que, segundo do Censo da Educação Superior

(2011), atingiu 51% de jovens matriculadas/os em universidades públicas e privadas.

Diante desses dados, os adolescentes e jovens pobres do município de Vera Cruz, ainda enfrentam dificuldades complexas como, por exemplo, a baixa escolarização, a falta de oportunidades para o ingresso ao ensino superior e a inserção no mercado de trabalho. Nas famílias inexistem ou são incipientes diálogos dirigidos ao tema de educação para cidadania, bem como, estímulo a autoestima resultando em práticas que possibilitem os jovens ingressarem no mercado de trabalho.

O baixo desempenho do município se deve a diversos fatores, entre eles, a precariedade das instalações físicas das unidades escolares que compõem a Rede Municipal de Ensino, possuindo 55 escolas municipais e 04 estaduais, sendo que estas últimas oferecem ensino médio para atender a ilha toda.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município (SEMED) através de relatórios estruturais, das 59 escolas do município, 12 não tem prédio próprio. As que possuem, dispõem, via de regra, de estrutura física inadequada para atendimento educacional, em conformidade com a legislação vigente do país. Parte significativa do total de estudantes matriculados nas escolas municipais, são atendidos em imóveis alugados pelo Município, tornando o problema ainda mais grave quando se trata da Educação infantil.

Apesar do cenário que ainda sinaliza para a necessidade de amplas melhorias na parte estrutural dos equipamentos escolares, é possível verificar que o Município já vem realizando ações importantes nessa área. Nesse sentido, de acordo com os dados fornecidos pela SEMED, para melhorar o nível educacional do município, foram feitos investimentos importantes na Educação de Jovens e Adultos, e foi instituída a educação integral, que atende hoje a quase 25% dos/as estudantes matriculados na Rede, através da implantação do Projeto Escola de Dois Tempos, Programa Mais Educação e do Programa de Incentivo à Alfabetização na Idade Correta – PROALFA Vera Cruz.(RAMOS, 2015)

O acesso de alunos/as de baixa renda à universidade saltou do complicado para

mais propício com o passar dos anos, graças às mudanças e adventos de alguns programas, porém, ainda há alguns obstáculos para que se haja uma verdadeira inclusão social, e no município de Vera Cruz não é diferente. A partir da década de 2000, a necessidade de uma capacitação profissional foi grande fator que impulsionou, quem com muita dificuldade conseguiu concluir o ensino médio, tentar cursar um ensino superior, pois muitos\as só conseguiam empregos em supermercados, restaurantes e na administração pública mas somente em cargos de porte menores pois os cargos de chefia eram ocupados em plena maioria por profissionais que viam de Salvador.

Também no ano de 2000, a prefeitura conseguiu uma parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) trazer para o município um campus da referida Universidade que funcionou na Escola Municipal Daulia Angélica o curso de pedagogia para a capacitação de professoras\es da Rede Municipal de ensino de Vera Cruz, essa parceria se chamou UNEB\2000, que veio mas não pode beneficiar todas\os profissionais da Rede, foi feito então um processo seletivo entre as\os profissionais do corpo efetivo da Educação Municipal onde foram selecionadas 80 professoras\es, o funcionamento dessa graduação se deu durante quatro anos na referida Unidade Escolar com uma turma no turno matutino e outra no turno vespertino.

Com a chegada da UNEB no município outras\os pessoas que concluíam o ensino médio se motivaram para tal e quem com muita dificuldade e ajuda de familiares, conseguiram cursar uma graduação em Salvador amparados\as em sua maioria por financiamento estudantil (FIES), mesmo com tanto esforço das\os jovens em conseguir uma certificação uma parcela considerável desse segmento etário continuaram ociosos\as sem uma perspectiva de mudança de seus destinos que ainda se mantinham previsíveis.

No ano de 2004 muitos\as desses\as educadores\as que tiveram a oportunidade de cursar um ensino superior uma parte da UNEB\2000 e outra em faculdades de Salvador formaram um grupo que viam a necessidade da implementação de um projeto que atuasse na mudança da vida das\os jovens visto que eram a parte da população que concluíam o ensino e como diz o ditado popular "batiam cabeça"

sem saber o que iriam fazer agora de suas vidas, sem condições de continuar os estudos e sem uma política de qualificação profissional vigente.

Esses educadores\as eram em sua maioria filiados ao Partido dos Trabalhadores e estavam envolvidos no processo eleitoral deste ano, que ao término não obtiveram êxito na candidatura a prefeitura. Mas elegeram um candidato a ocupar uma cadeira na câmara de vereadores com a eleição de José Epifânio da Silva Filho. Em 2006 no segundo ano do mandato desse vereador depois de inúmeros encontros dele com um grupo de educadores terminaram de escrever o projeto, um Pré - vestibular estava nascendo o "Educar para Transformar".

2.3.4- IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO SOCIAL PRÉ-VESTIBULAR QUILOMBO ILHA

FIGURA 2 – Escudo do Pré- Vestibular Quilombo Ilha



FONTE: www.quilomboilha.com.br

O projeto Educar para transformar nasceu no ano de 2006 com a proposta de mudança social, o vereador José Epifânio da Silva e esse grupo de educadores de Vera Cruz que criaram o projeto viam a necessidade de uma atuação em prol da vida dos jovens da cidade que sempre lhe foi negado o direito de uma qualificação educacional e profissional após a conclusão do ensino médio. Na fala de Eremita Oliveira dos Santos Costa, uma das fundadoras do projeto, é possível verificar as motivações para o início do projeto:

“O antes, foi sempre uma preocupação para nós, pais, educadores e professores de jovens nativos, afrodescendentes, estudantes da Rede Pública neste município, o que observamos eram grupos de jovens ociosos sentados nas calçadas após concluírem o ensino médio sem nenhuma perspectiva no que diz respeito a vida profissional, a realização dos seus sonhos muito prematuramente constituíam família, outros trilhavam caminhos

dos vícios principalmente do álcool e das drogas, e quando aparecia oportunidade de trabalho através de concursos públicos não podiam participar por falta de qualificação profissional". (Oliveira, 2015)

O projeto "Educar pra Transformar" não foi a primeira iniciativa dessa modalidade no município, mas todas as outras não deram certo por falta de recursos e de uma política pedagógica eficiente, em virtude disso que o grupo envolvido pensou em implementar um projeto que atuasse na mudança e trouxesse possibilidades eficazes para os jovens. As discussões realizadas nesses encontros de criação foram justamente como esse projeto seria diferente dos anteriores, como iriam preparar esses jovens para o acesso a universidades públicas e como seria a sua permanência e tendo como maior desafio: a solidificação do mesmo. O grupo de educadores foi a todo o momento coordenado pela mestra em Antropologia, filha de Vera Cruz, Jucélia Bispo Ribeiro que com muito esforço conseguiu ingressar na Universidade Federal da Bahia, mas que sempre sonhou em retornar as suas raízes para ajudar seu povo.

Vários encontros foram realizados entre esses educadores para a criação desse projeto, e os contatos que a própria Jucélia fez na Universidade foi de suma importância para a concretização do mesmo. O grupo incentivado por Jucélia decidiram procurar a coordenação do Instituto Cultural Steve Biko com o intuito de obter ajuda para implantação do "Educar para Transformar" no município de Vera Cruz, foram realizados alguns encontros na sede no Instituto Steve Biko, que resultou na aceitação do grupo gestor da instituição em disponibilizar seus técnicos para fazer parte da equipe que fundaria o Projeto.

O grupo de educadores de Vera Cruz formado além de Jucélia Bispo Ribeiro, por Eremita Oliveira dos Santos Costa, o vereador José Epifânio da Silva, as professoras Nildes Maria Santana, Cristian de Souza Sales, e o professor Heder Amaro Velasques de Souza agora acompanhados/as de profissionais da Steve Biko, principalmente o professor Renato dos Santos de Jesus, escreveram o projeto de forma multidisciplinar e tendo como referência o modelo de ensino já solidificado do Instituto Steve Biko. Esse projeto foi encaminhado para a multinacional Petrobrás para que fosse financiador da ação, o contato do vereador com a referida instituição

por ser funcionário dela foi um dos motivos para que o financiamento fosse concretizado.

Com o apoio financeiro da Petrobrás e o convênio com o Instituto Cultural Steve Biko, o projeto iniciou do primeiro semestre de 2006, e trouxe ao final daquele ano ganhos significativos para os jovens de Vera Cruz. O projeto, que findou em dezembro de 2006, beneficiou 113 jovens. Alguns desses passaram nos vestibulares de universidades públicas e privadas. A aliança com o Dispensário Santo Antônio, entidade social vinculada a Igreja Católica que passou a ceder o espaço físico onde funciona o projeto, foi iniciada no ano de 2007, com a formação de uma turma de 125 jovens egressos do ensino médio, negros, e em sua maioria de baixa renda. Teve continuidade em 2008, com mais 125 estudantes selecionados para cursarem o pré-vestibular.

Em 2008 quando recebeu o nome de " Pré-Vestibular Quilombo Ilha " firmou-se uma produtiva e eficaz parceria entre a ONG Dispensário Santo Antônio, sediada no Município de Vera Cruz na Ilha de Itaparica e a Prefeitura Municipal de Vera Cruz, através da Secretaria Municipal de Educação.

O curso é formado por uma Coordenação geral e composto por vários núcleos de atividades que interagem com os alunos e a comunidade (figura 3). Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o regime de trabalho é voluntariado. Algumas pessoas que atuam hoje como professores são ex-alunos que foram beneficiados com as atividades do curso e após terem concluído a graduação retornaram para contribuir de forma voluntária dando aula aos jovens carentes.

FIGURA 3 – ORGANOGRAMA DO PROJETO



FONTE: Projeto Institucional do Quilombo Ilha

Ao todo são 20 pessoas, sendo: 03 coordenadores, 15 professores e duas pessoas no apoio acadêmico e secretaria. O curso tem duração de um ano, com conteúdo programático distribuído em 8 disciplinas, sendo que as aulas ocorrem em espaço fechado, atualmente em uma sala do anexo da Casa Paroquial, espaço que foi cedido de forma provisória e que atualmente se mostra inadequado face ao aumento na demanda dos alunos que buscam o curso. Além das salas de aula o curso ocupa mais uma sala que serve como secretaria e depósito de materiais.

Os resultados qualitativos, entretanto, desde aquele momento já eram evidentes, tanto pela observação da equipe de coordenação quanto pelos depoimentos dos próprios alunos. Houve um bom trabalho de elevação da auto-estima, “motivando” o reconhecimento de cada um como sujeito de direitos, assim como cidadãos com direito de sonhar com uma formação melhor; com uma vida social e econômica diferenciada e, sobretudo, com a crença de que são irrefutavelmente capazes, desde que queiram e a oportunidade lhes seja oferecida. (RAMOS, 2015).

Esse resultado (muito mais qualitativo do que quantitativo) não pode ser desprezado ou considerado um indicador de menor grau de importância na avaliação do desempenho dos trabalhos já realizados, haja vista a “desilusão” e “apatia” em que

vivem os jovens de Vera Cruz, mediante a pouca ou quase nenhuma oportunidade de ingresso no mercado de trabalho e na formação universitária de qualidade. Além disso, no contexto desse município, há um grande problema para a juventude, no qual vem atravessando gerações: o alcoolismo. Ainda que não seja reconhecido pelos próprios jovens como um problema, o alcoolismo é a forma mais apreciada de lazer entre moças e rapazes a partir dos 15 anos de idade.

Sem grandes oportunidades de melhoria das condições de vida e com uma trajetória escolar marcada por altos índices de repetências e evasão, além da falta de capacitação técnica e profissional, esses jovens tendem a preencher o ócio em que vivem com aquilo que seria mais fácil e prazeroso: a ingestão desmedida de bebidas alcoólicas, além de outras drogas. Dessa forma, torna-se constante o abandono de projetos de vida que contribuam para a sustentabilidade e o desenvolvimento pessoal e social das pessoas do município.(RAMOS, 2015).

Tal problema se agrava, porque muitas vezes, em uma mesma família, há duas (ou três) gerações subsequentes de alcoólatras: os pais e os filhos (e/ou também os avós), normalmente os homens.

O Pré-Vestibular Quilombo Ilha se consolida a cada ano em Vera Cruz, pelo estímulo a autoestima de jovens e adolescentes com foco na inserção dos/as mesmos/as no ensino superior e isso pode ser comprovado pelo aumento do número de inscrições que ocorre a cada ano no Pré-Vestibular, assim como, as aprovações nas instituições de ensino superior. Isto é, ao longo desses 10 anos, foram mais de 400 alunos/as aprovados/a em universidades públicas a exemplo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) bem como universidades particulares.

“ Além disso o cursinho já permitiu mudar a realidade de milhares de jovens, que através do acesso ao ensino superior conseguem vislumbrar um novo horizonte de oportunidades profissionais e pessoais. Diante disso o curso, é reconhecido por toda a comunidade local como um importante agente social que cumpre um importante papel, ofertando por meio de suas ações a possibilidade das mesmas oportunidades a todos os jovens carentes oriundos de escolas públicas que buscam o acesso ao ensino superior.(Santos,2015).

A fala acima aponta, para importantíssimas mudanças na expectativa da população jovem da ilha, que antes ficava perdida, tão longe do mercado de trabalho, quanto da preparação básica indispensável à aprovação no vestibular e posterior acesso à Universidade.

Entre os resultados mais significativos está a mudança de uma cultura educacional, frente às exigências técnico-científicas do mundo contemporâneo, expressos nos números cada vez mais crescentes de estudantes do município que procuram um curso pré-vestibular, por estarem inscritos, nos diversos processos seletivos; ENEM, universidades públicas e particulares, e em concursos públicos. Dados estatísticos apontam que entre os anos de 2006 e 2007, houve um aumento de 100% na procura por uma vaga no projeto. Segundo Grayce Guglielmi (2004):

“ A filosofia de um curso pré- vestibular é a de que este é um divisor de águas, um ponto de chegada, um definidor de vida do aluno. Sendo assim o cursinho leva o aluno a desejar ardentemente seu ingresso na universidade através da sua aprovação no vestibular. Leva- o também a responsabilizar-se por seu sucesso. Em nome dessa responsabilidade, é comum alunos do pré- vestibular ingressarem numa maratona de 8 ou 10 horas diárias de estudo, além das 4 horas passadas em sala no cursinho. Obviamente este esforço tem seu valor para o resultado do processo seletivo pelo qual o aluno passará, mas além da situação individual de cada aluno, é necessário uma observação atenta sobre a situação macro na qual esta inserido”.

Entre 2007 e 2008, houve um interesse considerável na realização da prova do ENEM, cujo resultado possibilita a obtenção de bolsa parcial ou total em faculdades particulares através do PROUNI, uma vez que uma média de 50 alunos por ano fez a prova. Considerando-se que, somente em 2008, apenas 09 (nove) alunos do único colégio público de ensino médio do município se inscreveram para o ENEM, as inscrições realizadas pelos jovens do projeto elevaram bastante a média de inscrição dos estudantes do município.

Os resultados vão muito além dos números indicados, e o grau de alcance não pode ser medido somente pelas ações específicas desenvolvidas com os estudantes no âmbito da sala de aula. Os impactos sobre as famílias também podem ser verificados pelo maior empenho dos pais na manutenção de seus filhos no curso, comprometendo a escassa renda familiar mensal para apoiá-los, mediante a

cobertura de despesas de deslocamento nos vários dias em que não há transporte coletivo gratuito, fornecido pelo poder público local. (RAMOS, 2015).

De modo específico, o Pré Vestibular com apoio da Secretaria de Educação, tem melhorado cada vez mais a sua administração técnico-pedagógica, no intuito de tornar a sua atuação cada vez mais profissional e eficaz, contribuindo assim, para a formação de quadros para o ingresso no ensino superior e inserção qualificada no mercado de trabalho. Nas suas esferas interna (trabalho com os alunos) e externa (trabalho com a comunidade local), tem desenvolvido atividades de orientação vocacional, promovendo viagens a campo em espaços para além da geografia da Ilha, incluindo visitas ao Recôncavo Baiano, projetos sócio educativos em Salvador, museus, Centro Histórico de Salvador, festival cultural, workshops, revisões abertas para o ENEM; aulas públicas, palestras, oficinas e cursos para estudantes das escolas públicas não participantes do projeto. (RAMOS, 2015).

O projeto ao longo desses dez anos, além de fornecer capacitação em nível de reforço e aperfeiçoamento dos conteúdos do ensino fundamental e médio, proporcionando a oportunidade desses jovens de baixo poder aquisitivo concorrerem de maneira igualitária em exames vestibulares, concursos públicos e outras formas de acesso ao ensino superior (3º grau). O curso desenvolve inúmeras atividades educativas que fazem parte do calendário anual da instituição, todas possuem um viés pedagógico, mas também têm como objetivo arrecadar recursos para promover a sustentabilidade do projeto.

- Processo seletivo

FIGURA 4- Imagem do Processo Seletivo



FONTE: Arquivo Iconográfico do Quilombo Ilha, Fevereiro de 2013

Todos os anos o Projeto abre um edital para o processo seletivo do pré-vestibular onde constam os seguintes critérios para a efetivação das vagas:

- a) Jovens cursando o 3º ano do 2º grau, preferencialmente de escolas públicas (ensino médio);
- b) Jovens egressos do ensino médio de escolas públicas;
- c) Jovens de baixa renda. Será levado em consideração também o perfil racial, de forma a incluir jovens negros do local.

Toda a divulgação das inscrições (período, local, datas, horários, documentos necessários, taxa) será feita através de faixas, panfletos, rádios comunitárias, carro de som e internet.

Para a seleção, o candidato (a) preencherá uma ficha de inscrição, contendo dados pessoais e questões sobre o interesse ou motivação para participar do curso. Ainda nessa etapa, serão realizadas as entrevistas com todos os candidatos ao cursinho pré-vestibular pela comissão de seleção (compostos por profissionais de instituições parceiras e convidados) em datas e horários previamente agendados.

Após esse período, em nova data a ser divulgada durante as entrevistas, será aplicada uma prova contendo questões objetivas de Língua Portuguesa, Matemática e uma Redação (todas com assunto do ensino fundamental), esse processo seletivo se tornou imprescindível por conta da demanda de procura do curso e por falta de

estrutura para comportar um número maior de estudantes. A participação dos candidatos é obrigatória, uma vez que esse processo faz parte da seleção.

Os alunos com melhor desempenho nesse processo seletivo (pontuação na entrevista, pontuação na prova objetiva e redação), serão contemplados com uma vaga no cursinho.

No ato da inscrição, é cobrada uma taxa no valor de R\$ 25,00. Todo valor arrecadado é revertido para cobrir os custos do projeto como: Xerox, panfletos, execução dos trabalhos, pagamento dos docentes que corrigirão as provas e banca de seleção (passagens, almoço, lanches, etc.)

- Aula Inaugural

FIGURA 5 – Imagem da Aula Inaugural



FIGURA 5 – Arquivo Iconográfico do Quilombo Ilha, Março de 2014

Todos os anos ao dar início às suas atividades, o projeto realiza o evento da aula inaugural para dar boas-vindas aos novos/as estudantes. Além disso, realiza palestras onde é escolhido um tema no qual é discutido. A exemplo do tema “Um sonho possível: a universidade pública agora é negra”, que foi trabalho na aula inaugural de 2011.

Neste dia o convite é estendido para os pais dos estudantes, os parceiros, autoridades públicas e a equipe pedagógica. É um momento mais do que especial ,

pois a cada ano aumentam os indicativos de aprovação e de mudança social, de jovens que muitas das vezes não esperavam vivenciar tais glórias alcançadas.

- Aulão Solidário de revisão para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)

FIGURA 6 – Imagem do Aulão Solidário



FONTE: Arquivo Iconográfico do Quilombo Ilha, Outubro de 2013

O principal objetivo desta ação é preparar a população jovem, de baixa renda, maioria negra, egressa do ensino fundamental e médio público, para o ingresso no ensino superior (de preferência público) tendo como porta de entrada o Exame Nacional do Ensino Médio ENEM e na formação técnica profissional.

A iniciativa de se realizar o aulão solidário foi desenvolvida visando suprir aos anseios da comunidade de Ilha de Vera Cruz, que é a carência de ações locais que auxiliem aos concluintes e aos egressos do ensino médio a tentarem uma vaga no ensino superior através do Exame Nacional do Ensino Médio (**ENEM**) e acesso ao SISUTEC, através desta nota.

Com isso pretende-se minimizar as deficiências ocasionadas pelo negligenciamento histórico no campo educacional, especialmente para juventude. O projeto visa propiciar aos estudantes estratégias para alcançar o ensino superior, tendo como porta de entrada os processos seletivos das principais universidades.

Neste sentido, preparar os/as estudantes para o ENEM viabilizará este acesso fundamental para seus respectivos desenvolvimento profissional, social e pessoal.

Em síntese, a preparação para o Enem é uma valiosa ação que não só atende os/as jovens matriculados no projeto mas toda juventude vera-cruzense contribuindo para o ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho. Através dessa ação a coordenação do projeto busca um aumento do número de jovens que ingressem em uma universidade e contribuir para o aumento da autoestima da juventude local, qualidade de vida, reforçar o conceito de cidadania e para o desenvolvimento da comunidade.

O aulão ocorre sempre as vésperas do ENEM, atende os/as alunos/as do projeto, como também é aberto a população, desde que seja feita a inscrição. É realizado de forma multidisciplinar , regado de muitos macetes, músicas e animação.

- Forró Social

FIGURA 7 – Imagem de divulgação do 11º Forró Social



FONTE: www.quilomboilha.com.br

Considerada a ação de maior visibilidade da instituição, o Forró Social ocorre no mês de junho e tem como principal objetivo captar recursos para garantir as inscrições dos estudantes nos principais vestibulares de nosso estado, garantir a sustentabilidade do projeto e para a construção da sede própria do projeto, visto que atualmente é muito bem acolhida na Casa Paroquial, espaço da Igreja Católica.

Essa ação engloba além dos/as estudantes, coordenação, professores, e monitores, mas a comunidade em geral principalmente as famílias de todos que direta ou indiretamente fazem parte da instituição. O Forró do Quilombo Ilha já faz parte do calendário das festividades juninas do município de Vera

Cruz e tem como principais bases: promover momento de integração e socialização entre os estudantes, a família e equipe pedagógica do cursinho Pré-Vestibular Quilombo Ilha; captar recursos para construção de uma sede própria; Captar recursos para a compra de material permanente; aproximar a comunidade em geral da proposta pedagógica do cursinho pré-vestibular; fortalecer a relação entre o estudante e professores.

Segundo a coordenação do projeto, a maioria dos/as jovens que estudaram no Quilombo Ilha foram beneficiados/as pela proposta do forró Social e adquiriram através do evento os recursos necessários para garantir sua inscrição e acesso as universidades

- Aulas de Campo

FIGURA 8 – Imagem de Aula de Campo



FONTE: Arquivo Iconográfico do Quilombo Ilha, Maio de 2011.

Desenvolve aulas nas disciplinas dos campos de Humanas, Naturais, Matemática e Linguagens de acordo com o Exame Nacional de Ensino Médio. Uma das nossas metodologias utilizadas consiste em aulas de campo, como visitação a biomas, cidades históricas etc. Dentre essas aulas caracterizadas como multidisciplinar destacam-se além das aulas nos biomas, a visitação ao Centro Histórico de Salvador e a histórica cidade de Cachoeira.

Nas aulas de Campo nas localidades do município o intuito é abordar aspectos biológicos, químicos, geográficos e físicos além de conhecer a cultura local e os empreendimentos sociais da comunidade.

- Futebol Social

FIGURA 9 – Imagem do Futebol Social



FONTE: Arquivo Iconográfico do Quilombo Ilha, Agosto de 2013.

Essa ação é realizada no mês de Agosto em alusão ao dia dos pais, o objetivo desse evento é a socialização das famílias e a coordenação do projeto, ocorre no sábado que antecede o domingo do dia dos pais, é uma atividade que além do futebol acontece um bingo, onde todos os recursos adquiridos são para a sustentabilidade do projeto.

- Sarau da Ilha

FIGURA 10- Imagem do Sarau da Ilha



FONTE: Arquivo Iconográfico do Quilombo Ilha, Novembro de 2015.

“Um Sarau pode ser definido como uma reunião de pessoas com objetivo de expressarem de forma artística e festiva manifestações de dança, poesia, literatura, música, teatro e também outras formas de arte como pintura e escultura. Trata-se de um evento bastante corriqueiro no século XIX que vem sendo redescoberto por seu caráter de inovação e entretenimento”. (RAMOS,2015)

No sarau da Ilha busca-se desenvolver um ambiente de muita harmonia, tranquilidade e descontração. É um momento de troca de experiências, nele existe um momento destinado para que cada participante possa representar, de forma artística, sua forma de ver o mundo, de questionar problemas sociais, étnicos e culturais. As manifestações podem surgir de forma espontânea ou cria-se um momento para que os talentos expressem-se e embelezem ainda mais o evento. Organizado pelo pré-vestibular Quilombo Ilha juntamente com o Instituto Cultural Steve Biko, o Sarau reuni moradores e estudantes da localidade e de Salvador em atividades de incentivo ao debate racial e a consciência negra durante todo o dia.

São oferecidas oficinas de capoeira, dança afro, hip hop (break, grafite, rap), poesia negra, estética afro (maquiagem, tranças, turbantes), mostra de vídeos e apresentações de Saraus.

O Sarau da Ilha está partindo para sua 3ª Edição, na primeira aconteceu dia 29 de novembro de 2014 no Colégio Estadual Júlio Virginio de Santana, cujo tema foi " Viva Maria Felipa ", homenageando a mulher negra que lutou pela independência da Ilha de Itaparica. A segunda edição do Sarau da Ilha ocorreu no dia 28 de novembro de 2015, na Escola Municipal Luiz Eduardo Magalhães com o tema " Prá sempre Nilma Gonçalves ", homenageando uma mulher negra, educadora comprometida com seu trabalho que faleceu no mês de setembro do ano de 2015.

- Intercâmbio Cultural

FIGURA 11 – Imagem do Intercâmbio Cultural



FONTE: Arquivo Iconográfico do Quilombo Ilha

Dentre as suas ações e em parceria com a Brazil Cultural Education & Cultural Trave, o projeto realiza atividades educativas para grupos estrangeiros com o objetivo da troca de experiências entre os povos, entre as culturas, entre os recursos diferentes utilizados em suas áreas de conhecimento e o aprimoramento no idioma.

- Confraternização de Final de Ano

FIGURA 12 – Imagem da Confraternização de Fim de Ano



FONTE: Arquivo Iconográfico do Quilombo Ilha, Dezembro de 2011.

Essa atividade é a última do calendário do projeto, acontece em Dezembro, na maioria das vezes depois do Enem e dos principais vestibulares, o objetivo dessa ação é reafirmar os laços conquistados durante o ano e também finalizar o ano letivo positivamente e que isso possa ajudar na proposta do projeto, que é do retorno desses ex- estudantes num futuro próximo como monitores e até professores/as da instituição.

O curso conta atualmente com uma turma, e desde a sua criação está disponível apenas uma modalidade quanto à duração e ao ritmo: o extensivo, que ocorre de fevereiro a dezembro.

Com professores que ministram aulas de gramática, literatura, redação,

matemática, física, biologia, história, geografia, química, espanhol, inglês, CCN (Cidadania e Consciência Negra) e atualidades, de segunda a sexta, à noite, e aos sábados pela manhã. De acordo com a filosofia do Quilombo Ilha, o objetivo do cursinho é cumprir uma importante função no contexto educacional de Vera Cruz, buscando aperfeiçoar-se como um programa que produza resultados em seu âmbito de atuação.

Em linhas gerais, o Quilombo Ilha aponta como seus objetivos básicos o incentivo à formulação de políticas públicas e privadas e de ações sociais de combate às desigualdades sociais, visando à inclusão social e a realização do direito ao desenvolvimento, seja das pessoas, seja do município.

Além disso, também apoia a construção de políticas públicas para desenvolvimento social e econômico, para comunidade negra e para os/as estudantes de baixa renda, valorizando a capacidade dos/as alunos/as excluídos de contribuir para o a democratização brasileira.

Desta maneira, o projeto prepara os/as estudantes para os vestibulares e assim facilita o acesso ao ensino superior, como preceitua o art. 208, V, da Constituição da República, dando aos alunos/as condições de disputar o vestibular de qualquer instituição de Salvador e região.

Desde que foi criado, o Quilombo Ilha tem ajudado na inserção dos/as jovens da Ilha ao mundo acadêmico, tendo como dado os números de alunos/as que foram aprovados no primeiro ano do curso, e o número de alunos/as aprovados ano passado. De acordo com a coordenação do cursinho, no ano de 2006, apenas três alunos foram aprovados, o que não é de se espantar, partindo do pressuposto de que os/as alunos/as da primeira turma ainda estavam descrentes do que estava acontecendo e se realmente aquele projeto iria ajudá-los na preparação para os vestibulares.

Em razão disso, pode-se destacar que o Quilombo Ilha também contribui para o desenvolvimento socioeconômico da Ilha, tendo em vista que esses/as jovens após se formarem serão inseridos no mercado de trabalho, o que pode resultar num retorno para Ilha, seja para abrir um negócio ou virar sócio de diversos ramos.

Esse retorno revela de forma simétrica o círculo social e econômico iniciado pelo Quilombo Ilha com uma iniciativa popular que pode acarretar melhorias na vida da comunidade local e, assim, dar-lhe consciência de que organização e luta podem alterar problemas sociais em grandes escalas.

Esse projeto representa hoje um espaço de “formação” que antes só existia (em termos práticos) em Salvador. Além disso, as instituições parceiras, o poder público municipal e as famílias dos jovens contemplados pelo projeto ficaram bastante satisfeito com a seriedade do curso, com a responsabilidade pelos estudos, com a formação do alunos e com o grande estímulo à realização de concursos, provas e busca de melhor qualidade de vida, incluindo a sócio- econômica.

Essa experiência e seus resultados positivos demonstram, portanto, que um projeto dessa natureza funciona como um grande veículo motivador do aperfeiçoamento pessoal e profissional da população local, sendo ainda uma ótima oportunidade de qualificação para o mercado de trabalho, o melhoramento educacional e a consequente geração de emprego e renda, bem como um estímulo ao desenvolvimento social, econômico e ambiente sustentável.

Além disso, estimula, nesses jovens, a consciência de si como cidadãos plenos de direitos e com responsabilidade social.

O Pré-vestibular tem ao longo de sua existência alcançado resultados importantes, a exemplo do número ascendente de aprovações dos estudantes que estudaram na entidade, como é possível verificar no quadro abaixo:

1- Aprovações de 2007 á 2011.

Nº	CURSO	QUANTIDADE
1	ADMINISTRAÇÃO	4
2	ANÁLISE E SISTEMA	1
3	ARQUIVOLOGIA	3
4	ARTES PLÁSTICAS	1
5	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	1
6	BIOLOGIA	1
7	BIOTECNOLOGIA	1

8	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	3
9	CIÊNCIA SOCIAL	1
10	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	9
11	COMUNICAÇÃO SOCIAL	2
12	DANÇA	4
13	DESING	1
14	DIREITO	4
15	ECONOMIA	2
16	EDUCAÇÃO FÍSICA	2
17	ELETRÔNICA	1
18	ELETROTECNICA	1
19	ENFERMAGEM	7
20	ENGENHARIA CIVIL	3
21	ENGENHARIA QUIMICA	1
22	ESTUDO DE GÊNERO E DIVERSIDADE	1
23	FARMÁCIA	6
24	FILOSOFIA	2
25	FÍSICA	3
26	FISIOTERAPIA	2
27	FONOAUDIOLOGIA	1
28	GEOGRAFIA	10
29	GESTÃO EMPRESARIAL	1
30	GESTÃO HOSPITALAR	2
31	HISTÓRIA	11
32	JORNALISMO	2
33	LETRAS	20
34	LETRAS COM ESPANHOL	3
35	LETRAS COM INGLÊS	3
36	MARKETING	1
37	MATEMÁTICA	3
38	MEDICINA	1
39	MUSEOLOGIA	1
40	NUTRIÇÃO	9
41	OCEANOGRAFIA	1
42	ODONTOLOGIA	3
43	PEDAGOGIA	12
44	PSICOLOGIA	1
45	QUÍMICA	1
46	RADIOLOGIA	1
47	SECRETARIADO	1
48	SERVIÇO SOCIAL	11
49	SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1
50	TECNICO EM GESTÃO AMBIENTAL	1
51	TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA	1

52	TURISMO E HOTELARIA	1
53	ZOOTECNIA	1
54	(vazio)	7
TOTAL		178

FONTE: www.prevestibularquilomboilha.com.br

Ao longo desses dez anos o projeto já conseguiu colocar nas universidades públicas e privadas em torno de 348 estudantes sem contar com aqueles que são chamados depois que saem outras listas de chamadas das universidades e não dão um retorno de sua aprovação a instituição.

Esse modelo de ensino aprendizagem do Quilombo Ilha é o diferencial que faz do projeto referência na cidade, pelo seu compromisso com educação, mas com um viés emancipador para jovens que jamais pensaria em sair de seus vilarejos e adentrar um equipamento como é o ensino superior. Essa filosofia adotada pelo Quilombo Ilha é fruto do trabalho de formação política e de elevação da auto-estima desenvolvido nas aulas de Cidadania e Consciência Negra (CCN).

O Quilombo Ilha destaca-se por ter adquirido ao seu modelo pedagógico a disciplina de CCN (Cidadania e Consciência Negra), que é considerada o diferencial em relação aos Pré- Vestibulares ditos tradicionais, a experiência do CCN no Pré- Vestibular Quilombo Ilha é a principal herança do Instituto Cultural Steve Biko.

A disciplina atua de forma multidisciplinar e busca atuar no fomento do reconhecimento étnico- Racial dos estudantes, pois as temáticas trabalhadas versarão sobre temas transversais como meio ambiente desenvolvimento sustentável, sexualidade, cultura afro e reflexões sobre inclusão social, além de conhecimentos gerais/atualidades. É uma disciplina ministrada em forma de oficinas e extraordinariamente nas palestras e eventos promovidos pelo projeto, essas aulas tem como objetivo principal levantar a auto-estima desses jovens que em sua maioria veem de um contexto social totalmente adverso, que desde que nasceram tiveram seus direitos básicos negados e que tiveram oportunidade no Quilombo Ilha através do CCN não só de adentrar um curso superior mas de se tornarem sujeitos de direitos que disseminam de onde vem e atua em prol de um ideal adquirido.

2.2.4.- CIDADANIA E CONSCIÊNCIA NEGRA NO PRÉ-VESTIBULAR QUILOMBO ILHA.

A disciplina de Cidadania e Consciência Negra é comum na base curricular dos quilombos educacionais. É vista pela instituição como o grande diferencial, pois a mesma ajuda a elevar a autoestima dos estudantes e na construção do reconhecimento étnico racial, e em virtude disso que desde o início do projeto essa disciplina é ministrada e segue um projeto pedagógico.

O CCN no Quilombo Ilha, de acordo a sua proposta pedagógica, é conduzido através da necessidade do público- alvo, o projeto tem como proposta promover um ensino voltado para o vestibular com o compromisso de fomentar a ascensão político-social dos (das) estudantes negros (as) moradores (as) do município de Vera Cruz. O município, como pontuei anteriormente, apresenta problemas relativo a absorção da grande quantidade de jovens no mercado trabalho local em face da formação dos mesmos e campo de atuação, o que leva a saída de muitos desses jovens para outros mercados de trabalho e outros ficam ocupando as posições de trabalho menos privilegiadas. Oprimidos pela concorrência com os trabalhadores que vêm de Salvador e de outras cidades, historicamente, homens e mulheres ficaram à margem dos principais posições no mercado de trabalho.

O município de Vera Cruz possui em sua marca, a cultura, a vida cotidiana, os lugares que fazem referência a uma herança de matriz africana. Descendentes de um povo que foi colocado á margem das conquistas sociais, que foi privado do direito a vida com dignidade e a liberdade, mas que sempre lutou, ainda que essa batalha tenha sido árdua, foi preciso defender-se para manterem-se vivos. Atualmente essa luta continua, com o objetivo de burlar o sistema e encontrar seu espaço. E, nesse universo de conquistas estão os cursos das universidades públicas de nível superior, que exigem dos estudantes negros um preparo específico política-psíquico-pedagógica para concorrer com jovens que vêm de padrões sociais confortáveis.

Nesse contexto, que segundo a proposta pedagógica do CCN:

“ O CCN atua para romper barreiras do preconceito e paradigmas como o mito da democracia racial. É um desafio vencer estigmas enraizados na memória do povo negro, como o sentimento de inferioridade, que serve para tirar da juventude negra quaisquer perspectivas de ocupar o seu lugar de direito na sociedade. O Brasil aboliu a escravidão, mas não deu ao negro o reconhecimento dos seus direitos, da sua cidadania e institucionalizou um racismo com formas subjacentes de exclusão política, econômica e social e racial, pois, esse último componente continua a determinar a ascensão de grupos na sociedade que exclui e marginalizava os homens e mulheres negras pela “categoria” da “cor”. (PROPOSTA PEDAGÓGICA CCN-QUILOMBO ILHA, 2013, p.2).

Neste universo de separação em que o valor da ter vale mais que o valor do Ser Humano, o Pré-Vestibular Quilombo ilha traz como diferencial a proposta de fortalecimento da identidade do afro brasileiro como meio de combate ao racismo, a qualquer forma de discriminação e exclusão social. Por isso, construi um modelo que contemple a missão institucional do curso, que se propõe a discutir com os estudantes questões pertinentes a problemática do povo negro através da formação política, crítica e consciente em CCN - Cidadania e Consciência Negra, que enquanto prática institucional ocorrerá prioritariamente ao longo do ano, perpassando pelo programa em sala de aula das disciplinas História, Atualidades, Geografia, Física, Matemática, Química, Biologia e Língua Portuguesa e aos sábados através de debates, palestras, estudos de campo, pesquisas, troca de experiências dentre outras situações didáticas propostas.

Segundo a Proposta Pedagógica do CCN (2013p. 03):

“Ela traz em seu corpo elementos para discussão de questões pertinentes a dinâmica da grade curricular do vestibular, pois dialoga com o cotidiano, com experiências e conteúdos diversos. Consideramos que o CCN além de colaborar para elevar a auto-estima de nossos estudantes colabora para desenvolver-nos mesmos o senso crítico através de atividades de combate ao racismo, estudo das relações raciais no Brasil e diásporas, valorização da cultura, história e ancestralidade, além de temas cotidianos como o genocídio contra a juventude negra no Brasil além de outras temáticas pertinentes a cidadania do povo negro.”.(PROPOSTA PEDAGÓGICA CCN-QUILOMBO ILHA, 2013, p.3).

A ementa pedagógica do CCN do Quilombo Ilha de Vera Cruz- Bahia, prima pela valorização das contribuições do povo afro-brasileiro, pela discussão de temáticas a respeito do racismo tendo aparato legal o disposto na Lei 10639/2003 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino da Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Pretende abordar as desigualdades socioeconômicas, às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira e que estão presentes na dinâmica dos (as) jovens negros (as)

O projeto pedagógico da disciplina de CCN possui várias metas a serem cumpridas com o intuito de fomentar a juventude participante um senso crítico de análise de todas as problemáticas e os contextos adversos promovidos para a gama da juventude negra, dentre as quais são que o estudo do CCN espera alcançar com o contato com esses\as jovens

A competência acerca do CCN está em desenvolver uma consciência crítica da realidade local, brasileira e mundial no que concerne as questões raciais, identificar no processo histórico as circunstâncias que provocaram a exclusão da população negra e de seus\suas descendentes e além de perceber os mecanismos utilizados para a sua negação e invisibilidade. O CCN promove nos seus\suas estudantes habilidades para compreender as diversas realidades na qual estão inseridos nas esferas sociais, culturais, ética, política e econômica e racial, questionar, aprofundar, confrontar e refletir sobre sua realidade a do povo negro com um todo, além de oferecer subsídios para eles\as posicionar-se criticamente acerca das questões étnico- raciais.

No que cerne os procedimentos metodológicos aplicados na disciplina é indispensável ao corpo docente estimular o debate nos encontros para discutir CCN no sentido de fomentar entre os\as jovens a troca de experiências e a prática crítica-reflexiva. Desta forma, é imprescindível oferecer aos estudantes textos, imagens, documentários, filmes e conteúdos que promovam o conhecimento sobre questões pertinentes a realidade da população afro brasileira. Outro importante instrumento de formação serão as aulas de campo e visitação a espaços que promovam uma leitura dessa realidade, além de ter aulas ministradas por convidados\as que sempre são pessoas ligadas á correntes dos movimentos sociais e também mestres\as doutores\as especialistas nas mais variadas áreas do conhecimento. (PROPOSTA PEDAGÓGICA CCN-QUILOMBO ILHA, 2013. p.05).

Ao longo do ano, o/a estudante do curso Pré-Vestibular Quilombo Ilha, segue um calendário da disciplina que é dividido em quatro módulos durante dois semestres:

TABELA 2 - CALENDÁRIO CCN- 1º SEMESTRE

Módulo Iº- Interação, orientação e motivação prima para que os jovens desenvolvam:	Módulo IIº- Conscientização e resgate da cultura afro- brasileira que aborda:
- Integração dos/as estudantes a proposta do projeto;	- Conscientização e resgate da cultura afro-brasileira;
- Integração interpessoal de forma a obter resultados;	- História dos povos da África Negra, sua diáspora e contribuições
- Atividades de reconstrução da auto- estima dos afro descendentes;	- História crítica da formação do povo brasileiro e das lutas do povo negro;
- Orientação vocacional e motivação para o estudo.	- Religião como forma de resistência.

FONTE: Proposta Pedagógica CCN- Quilombo Ilha.

TABELA 3 - CALENDÁRIO CCN- IIº SEMESTRE

Módulo IIIº- Cidadania e Direitos Humanos que aborda:	Módulo IVº- Encerramento que prioriza:
- Histórico da legislação racial brasileira, Direitos Humanos: Histórico, conceituação e exercício;	- Apresentação pelos alunos dos trabalhos propostos;
- A educação como forma de libertação: violência, drogas, gênero e sexualidade;	- Atividades de relaxamento equilíbrio emocional;
- Desigualdade racial no Brasil, política e Ação Afirmativa	- Avaliações e reflexões sobre o ano letivo;
- Negro no poder, personalidades negras	- Confraternização de final de ano

FONTE: Proposta Pedagógica CCN- Quilombo Ilha.

À medida que o Quilombo Ilha desenvolve suas experiências, ele vai configurando sua própria identidade a qual se faz necessária por conta da especificidade local em que está inserido. O Pré- Vestibular Quilombo Ilha, vem inserindo em universidades de ponta um crescente número de jovens e adultos, isso também é um mérito

inegável das aulas de Cidadania e Consciência Negra, as quais tem buscado levar ao seu público uma discussão que promova uma formação política. O Professor Guimário Nascimento, em seu trabalho sobre CCN, no Instituto Cultural Steve Biko afirma que:

Dentre os objetivos do CCN está à preocupação em promover a conscientização e o resgate da cultura afro-brasileira, focando aspectos da ancestralidade, religiosidade, referências de luta da diáspora africana, além de despertar e de promover a consciência racial e cidadã. Com isso, a Steve Biko objetiva formar educandos; Conscientes de sua origem étnica e prepará-los para combater as várias formas de preconceito enfrentado pelos negros na sociedade (NASCIMENTO, 2007, p. 35).

Nesse sentido, o Quilombo Ilha, enquanto instituição sócia educativa, ao valorizar a cultura africana e afro-brasileira, promove nos estudantes o desejo de busca por sua inclusão e reconhecimento de sua identidade no âmbito universitário e na sociedade como um todo, reafirmando a proposta de resistência histórica e produção culturais dos quilombos de outrora, em uma ligação constante entre passado e presente:

A emergência dos quilombolas entre os movimentos sociais aponta a atuação de pessoas em um contínuo movimento de idéias e práticas que transformam transformando-se por meio de um embate diário contra as seqüelas da escravização e da omissão/rejeição de um legado africano repleto de intenção estética e saber (NUNES, 2006, p. 148).

O Quilombo Ilha, assim como outros quilombos educacionais baianos, possui uma concepção de educação e um currículo diferenciados, pois, além de trabalhar com as disciplinas obrigatórias exigidas nos processos seletivos das universidades, problematizando-as, discute, em atividades e disciplinas alternativas, questões de identidade racial, gênero, desigualdades sociais e cidadania. A respeito desta questão, Alexandre do Nascimento (2005), pontua que:

Com a tarefa de preparar para o vestibular e tentar facilitar o acesso de estudantes negros e pobres à universidade, os cursos pré-vestibulares populares mostram que é possível e desejável a reflexão permanente e coletiva no sentido de elucidar os mecanismos de dominação e exclusão; as relações assimétricas entre e raças, gêneros, cultura e classe sociais; as desigualdades existentes nas relações sociais; e a construção de condições culturais e políticas para desenvolvimento da democracia e de autonomia individual e coletiva (NASCIMENTO, 2005, p. 155).

Assim, verifica-se na prática, a funcionalidade das discussões fomentadas pelos

Quilombos Educacionais e, especificamente ao que se refere ao Quilombo Ilha, o retorno de seus ex-alunos\as para atuarem em suas próprias comunidades, colocando os conhecimentos adquiridos no âmbito acadêmico, de forma a contribuir para a melhoria de sua localidade de origem. Com isso, também promovem o seu próprio crescimento e valorização profissional, os quais estão acompanhados de um diferencial que é solidário à causa do outro. Como tradicionalmente ocorre na transmissão do saber coletivo africano. Desse modo, o ganho individual perpassa também o benefício social, no sentido de que “sem a partilha, não há existência possível” (ROCHA; TRINDADE, 2005, p. 59).

Quanto a esse movimento de retorno, já destacamos que também os ex-alunos\as ao serem inseridos nas universidades voltam ou permanecem vinculados ao Quilombo, seja dando apoio à coordenação como monitores e alguns e algumas que já chegaram ao posto de professores e professoras, repassando aos novos alunos e alunas suas experiências enquanto ex- vestibulandos e estudantes acadêmicos.

Esse sentimento de pertencimento e de compromisso que os ex- estudantes passam a ter pela instituição faz parte da proposta pedagógica do CCN, que constrói esse sentimento que toma a maioria, que entende que esse instrumento que te beneficiou, tem que continuar para promover esses mesmos benefícios as gerações futuras de sua cidade.

E nesse contexto que a pergunta norteadora desse trabalho acadêmico surge, quais foram as contribuições do contato com a disciplina de Cidadania e Consciência Negra trouxe para os ex- estudantes do Pré- vestibular Quilombo Ilha que adentraram ao ensino superior de 2006 a 2015 e como isso contribui para se posicionarem nos diversos setores da academia em que foram inseridos\as?

3- EMPODERAMENTO DOS EX- ESTUDANTES DO QUILOMBO ILHA APARTIR DO CCN.

Como já foi mencionada anteriormente, a postura pedagógica da disciplina de CCN é

conduzida a estimular os estudantes para o seu reconhecimento étnico – racial e social, que os/as proporcione através dessa instrumentalização teórico- metodológica uma emancipação das amarras a que são condicionadas/os desde seu nascimento, e que carregam por toda vida. E por isso, que o trabalho realizado no Quilombo Ilha através do CCN, prima pela solidificação dos ensinamentos propostos, não só para a atuação dos espaços acadêmicos que é o foco norteador desse trabalho, mas que traga modificações para todos os setores de suas vidas.

O relato da professora Carmem Flores, no trabalho de Nascimento (2007 p.56) sobre CCN no Instituto Cultural Steve Biko diz:

(...) O CCN é intervenção política, é a essência da Biko. Prepara os estudantes para fazer intervenções na Universidade. A cidadania negra é uma cidadania engajada e o CCN é isso. O aluno da Biko que entra na Universidade não é simplesmente mais uma pessoa que teve acesso ao ensino superior, e sim um representante de um segmento social historicamente excluído da comunidade acadêmica (...).

Essa auto – afirmação, representatividade que esses jovens adquirem é considerado como empoderamento, uma vez que:

“O empoderamento como autoconfiança e auto-estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. A ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna- se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes, quer dizer, se reconhece o imperativo de mudança” (LEON, 2001, p.97).

O termo empoderamento surge nas lutas dos movimentos populares e militantes nas décadas de 1970 e 1980, com intuito de fomentar consciência crítica, no sentido pleno de transformação social, contestador da ordem social vigente, seja em indivíduos ou em grupos de uma comunidade. O empoderamento gera um processo que potencializa grupos e indivíduos para melhorarem suas condições de vida e desenvolverem a capacidade de escolhas a qual antes eram impossível/proibido/negado. (GOHN,2002 p.72).

“Embora a utilização crescente do termo *empowerment* tenha se dado a partir dos movimentos emancipatórios relacionados ao exercício de cidadania – movimento dos negros, das mulheres, dos homossexuais, movimentos pelos direitos da pessoa deficiente – na América do Norte, na segunda metade do século XX, a tradição do

Empowerment (Empowerment Tradition) tem suas raízes na Reforma Protestante, iniciada por Lutero no séc. XVI, na Europa, num movimento de protagonismo na luta por justiça social”.

Neste sentido, conforme assinalam Hermany e Costa (2009), o tema do empoderamento social não é novo, no entanto, o marco histórico que trouxe notoriedade ao conceito foi a eclosão dos novos movimentos sociais contra o sistema de opressão em movimentos de libertação e de contracultura, na década de 1960 do século passado, nos Estados Unidos, passando o *empowerment* a ser utilizado como sinônimo de emancipação social. (BAQUERO 2012 p.174).

O empoderamento é um processo que visa adquirir autonomia, mas em dimensões que englobam decisões coletivas e mudanças individuais. Em relação a essas dimensões de empoderamento, destacamos Nelly Stromquist (2002, 1995, p.232), quando diz:

“ O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante, a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar rendas independentes)”

A dimensão cognitiva desenvolve habilidades para pensar criticamente, principalmente no que envolve o reconhecer e combater as discriminações e preconceitos a qual estejam englobadas, a psicológica desenvolve uma construção da autoestima e a confiança positiva de si ou de seu grupo. A dimensão política é a construção de pertencimento e coesão de grupo, desperta a habilidade de atuar e organizar mudanças sociais em prol de ideais semelhantes, e a econômica que prima pela liberdade financeira e que cruza com a dimensão psicológica, pois tem resquícios adquiridos através do desenvolvimento intelectual e profissional.

No que nos propusemos a desenvolver neste trabalho, essas cinco dimensões são primordiais, pois a investigação a qual estamos executando, é a identificação de mudanças significativas em todas essas categorias, pois o empoderamento começa quando as forças que oprime são identificadas e combatidas, seja em qualquer dimensão inserida.

A proposta do CCN tem como finalidade o empoderamento dos/as discentes do

Quilombo Ilha, cujo projeto político-pedagógico voltado para uma educação popular envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica. Mas isso não se dá no vazio, numa posição idealista, segundo a qual a consciência muda dentro de si mesmo, segundo Freire (1986):

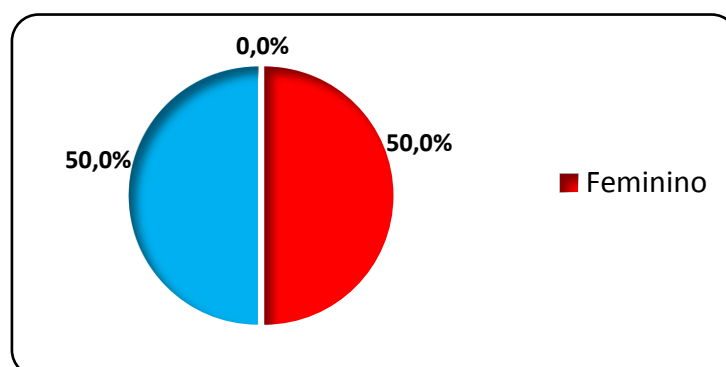
“ A consciência é um processo de conhecimento que se dá numa relação dialética ser humano-mundo, num ato de ação- reflexão, isto é, se dá na práxis. Conscientizar não significa manipular, conduzir o outro pensar como eu penso, conscientizar é “ tomar posse do real”, constituindo-se o olhar mais crítico possível da realidade; envolve um afastamento do real para objetivá-lo na suas relações.”(FREIRE,1986).

Em linhas gerais, é essa consciência que o CCN passa; ele empodera. É uma educação para a emancipação, concebida, como diz Freire (1986): como ação cultural para a libertação, e se constitui um instrumento valioso em projetos e ações direcionados ao empoderamento dos/as sujeitos. Partindo do exposto, é que a seguir será analisaremos, como essas contribuições foram adquiridas e como tudo isso foi relevante na formação do público- alvo.

3.1- ETAPAS DA PESQUISA: RESULTADOS E DISCUSSÕES, QUILOMBO ILHA MOSTRANDO A SUA CARA!

Desde a fundação do Pré- vestibular Quilombo Ilha que a disciplina de CCN faz parte da grade curricular, estima-se que pouco menos de mil e quinhentos estudantes tiveram contato com as temáticas da disciplina. Na condução dessa pesquisa propriamente dita, como já foi dita na introdução, foi utilizado o método por amostragem, com 18 ex- estudantes que participaram do projeto em anos distintos, onde o pertencimento segundo o gênero é paritário, polarizado, como se observa no gráfico 1:

GRÁFICO 1 - GÊNERO



FONTE: Questionários aplicados, 2016.

Esses estudantes que mesmo com suas demandas acadêmicas e de trabalho não se esqueceram do compromisso social com a instituição, foram aprovados\as nos vestibulares das Universidades de Salvador, mas também nas das cidades do interior, principalmente em Santo Antônio de Jesus. Em relação a seus endereços na Ilha de Itaparica, o projeto atende jovens de todas as localidades do município de Vera Cruz, incluindo além das do centro, as de difícil acesso da contra- costa, como Baiacu, Catu e Ponta Grossa, como também o alunado do município vizinho, de Itaparica. A tabela abaixo retrata bem essa realidade:

TABELA 4 – Endereço dos Ex- estudantes

Localidade	Frequência	Porcentagem
Baiacu	1	5,6%
Barra do Gil	2	11,1%
Barra do Pote	2	11,1%
Bom Despacho\Itaparica	2	11,1%
Duro	1	5,6%
Fonte da Prata	1	5,6%
Gamboa	2	11,1%
Ilhota	2	11,1%
Jaburu	1	5,6%

Jiribatuba	1	5,6%
Misericórdia\ Itaparica	1	5,6%
Pedrão	1	5,6%
Taipoca	1	5,6%
Total	18	100,0%

FONTE:Questionários aplicados 2016

Essas localidades são povoadas na sua maioria por afros descendentes, que passam por problemas de acesso a políticas de saúde e educação, e são em sua maioria beneficiários\as de programas assistenciais do governo como Bolsa- família e Auxilio Defeso, que segundo dados da Secretária de Desenvolvimento Social de Vera Cruz através do PPA, o município possui poucas mais de 5.600 famílias beneficiadas por esses programas.(PPA- Vera Cruz- 2010;2017).

Em relação ao ano que estudaram no projeto os\as interlocutores\as, são de anos distintos, porém temos pelo menos um\uma de cada ano do projeto. Foi observado também que alguns\algumas estudaram no projeto dois anos seguido, isso aconteceu pela não aprovação no vestibular

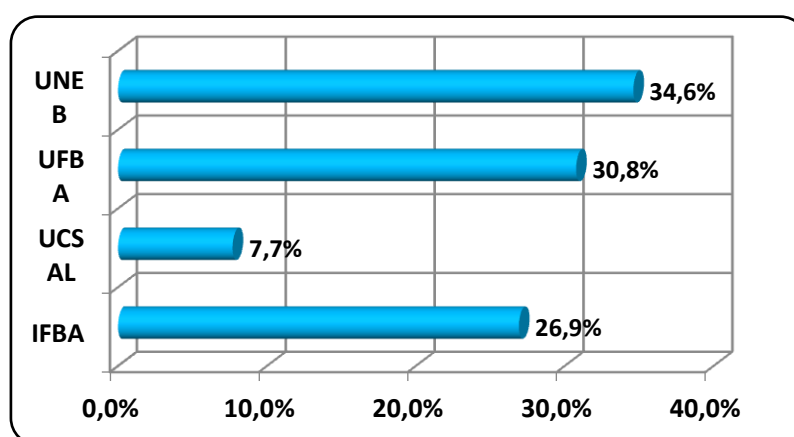
TABELA 5 – Ano que estudou no projeto

ANO	Frequência	Porcentagem
2006	2	11,1%
2008 – 2009	2	11,1%
2009	1	5,6%
2009 – 2010	2	11,1%
2010 – 2011	4	22,2%
2011	2	11,1%
2012	1	5,6%
2013	2	11,1%
2014	1	5,6%
Não Informado	1	5,6%
Total	18	100,0%

FONTE: Questionários Aplicados, 2016.

As aprovações desses ex- estudantes foram prioritariamente em Universidades públicas beneficiados\as pelas políticas de cotas e pelo SISU, principalmente na UFBA, UNEB e o Instituto Federal da Bahia -(IFBA), dentre as particulares está a Universidade Católica do Salvador- (UCSAL), onde foram beneficiadas/os pelo Financiamento Estudantil (FIES)*, como descrito no gráfico 4, dentre outras e outras.

GRÁFICO 2 – Universidade em que foram aprovados\as



As aprovações desses\as ex- estudantes nos vestibulares foram em diversas áreas do conhecimento, cursos nas áreas de educação, social, humanas e saúde. Na tabela 6, estão descritas as aprovações dos\as ex- estudantes, onde podemos destacar que dentre eles\as muitos\as foram aprovados\as em mais de um curso e em Universidades diferentes.

TABELA 6 – Cursos em que foram aprovados/as no vestibular

Curso	Frequência	Porcentagem
Arquivologia	1	5,0%
Ciências Contábeis	1	5,0%
Direito	1	5,0%
Farmácia	1	5,0%
Fisioterapia	1	5,0%
Geografia	3	15,0%
História	3	15,0%
Letras Vernáculas	1	5,0%

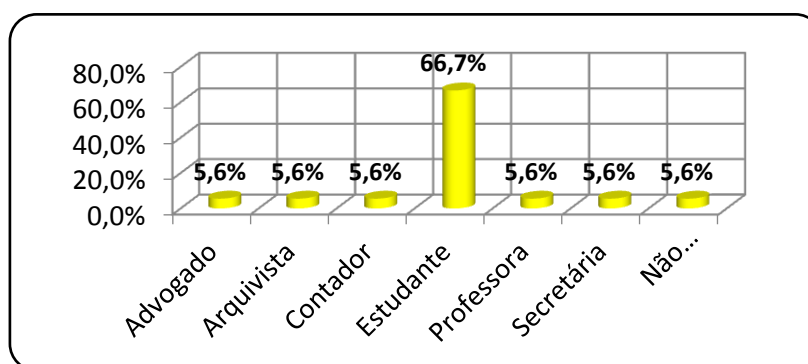
Letras Vernáculas com Espanhol	1	5,0%
Matemática	3	15,0%
Serviço Social	2	10,0%
Odontologia	2	10,0%
Total	20	100,0%

FONTE: Questionários aplicados, 2016.

Ao serem questionados\as em relação a ocupação, a maioria são estudantes, pois estão cursando o ensino superior, onde uma parcela deles/as encontra-se em processo de conclusão de seus cursos. Entre eles/as já tem quem esteja exercendo suas profissões, pois já concluíram seus cursos na Universidade. O gráfico 5 descreve isso. Dentre os quais alguns/algumas deles/as atuam profissionalmente no município de Vera Cruz, dando um retorno profissional em sua cidade natal.

Esses/as profissionais graduados/as, que estão exercendo suas profissões são considerados/as referências para os/as pré- vestibulandos/as.

GRÁFICO 3- Ocupação

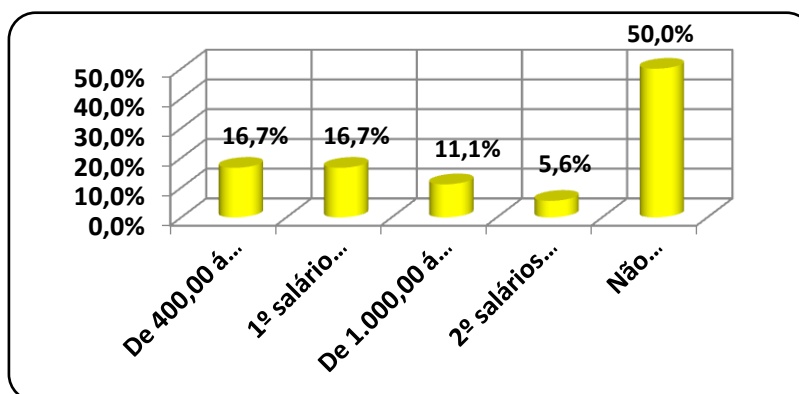


FONTE: Questionários Aplicados, 2016

Quando ao quesito renda, a grande maioria não informou ou não possui, isso acontece em virtude de estarem estudando e os custos com a universidade serem arcados por familiares. Outra parcela declarou ter renda de 400,00 á 700,00 reais, esses\as são os/as estudantes que estão sendo contemplados/as com as bolsas de assistência estudantil e de Iniciação científica, essas políticas vem sendo de suma importância para a permanência de estudantes negros/as, de baixa renda e cotistas

nas Universidades. Um outro percentual declarou ter renda de 1º salário mínimo é aquela gama que concilia estudo e trabalho, já os/as que declararam ter renda acima de 1000,00 até 2º salários mínimos, são aqueles/as que já se formaram e estão gradativamente se inserindo ao mercado de trabalho.

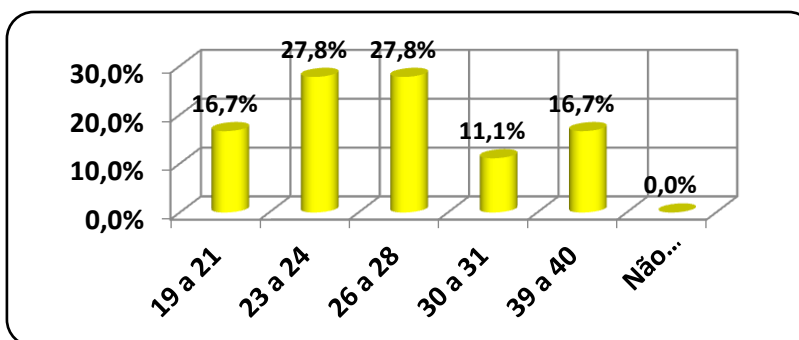
GRÁFICO 4 - RENDA



FONTE: Questionários aplicados,2016.

A maioria desses/as ex- estudantes são jovens, com idades que variam de 19 a 30 anos, mas também um histórico de atender pessoas adultas de 31 anos em diante. Os\as participantes desta pesquisa têm em idade compreendida de 31 a 40 anos, como podemos observar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 5 – Idade dos\as estudantes entrevistados\as



FONTE: Questionários Aplicados, 2016.

Esses\as estudantes com idade acima de 30 anos enfrentaram defasagem escolar, finalizando o ensino médio após os vinte anos e através da Educação de jovens e Adultos (EJA), dentre os\as entrevistados\as duas trajetórias escolares nos chamou atenção, pela vontade de vencer e de mudança social, a primeira foi a história de

superação de Gevaldo Araújo (40):

“Bem, em minha trajetória escolar, passei por diversos momentos difíceis, não tive a oportunidade de frequentar uma escola no processo inicial da alfabetização, por motivo de trabalho pra ajudar a minha família. Porém a minha vontade de estudar era muito grande que nunca perdi a esperança.

Assim tive a oportunidade já com 16 anos de idade para estudar fui inserido numa escola na 1ª série do ensino fundamental em 1993 numa localidade conhecida como São Roque dos Macacos Município de Varzedo, na mesma encontrei apoio do corpo docente e dos demais funcionários que formava o quadro de funcionário da instituição de ensino. Daí por diante dediquei-me aos meus estudos e fui superando o tempo perdido relacionado ao meu contexto escolar, estudei nesse município citado acima da 1ª a 3ª série do ensino fundamental.

Já em 1996 conseguir um trabalho em Vera Cruz Ilha de Itaparica e iria cursar a 4ª série do ensino fundamental, assim durante o ano de 1996 conseguir trabalhar durante o dia e estudar a noite, foi muito difícil porque a escola ficava na comunidade de Tairu no município de Vera Cruz eu morava no Pedrão como eu não tinha nem bicicleta e nem tão pouco dinheiro pra pagar a passagem encarei mais um desafio durante o ano todo e conseguir vencer.

Daí por diante que começou a minha luta para conseguir estudar, em 1997 iria cursar a 5ª série como o Ginásio não funcionava à noite e eu trabalhava durante o dia tentei conversar com o meu patrão para que eu pudesse trabalhar um turno e estudar o outro ele não concordou e pediu que eu escolhesse ou o estudo ou o trabalho com eu gostava de estudar claro que escolhi os meus estudos. Porém dependia de um local pra ficar uma vez que era recém-chegado na ilha e não conhecia praticamente ninguém. Porém nesse intervalo conheci uma família que apoiaram - me na seguinte condição que eu morasse lá com eles pra cuidar do quintal da casa em troca de comida e dormida pra assim estudar imediato não pensei duas vezes e aceitei e assim foi a minha trajetória nos estudos até 2000 com a conclusão da 8ª série.

Deste modo em 2001, passei pra cursar o 1º ano do ensino médio no Colégio Estadual Desembargador Júlio Vergílio de Sant’Anna até 2003 com a conclusão do ensino médio, ai as coisas foram melhorando conseguir um trabalho em um mercadinho por um lado e apertando por outro porque nesse mesmo tempo estava casado e logo veio o meu primeiro filho fui trabalhar para construir casa etc, de 2003 a 2010 fiquei sem estudar porém ansioso por uma oportunidade. Foi ai que fiquei sabendo através de amigos do cursinho Pré- Vestibular Quilombo Ilha não pensei duas vezes e joguei-me com a cara e a coragem, em 2010, não tive êxito no vestibular porém não desanimei e continuei em 2011 e assim fui contemplado para ingressar em uma universidade em 2012 e aqui estou finalizando a minha primeira graduação em licenciatura plena em Geografia na Universidade estadual da Bahia muito feliz com as minhas escolhas (Araújo, 2016).

Essa realidade vivenciada por Gevaldo Araújo é algo comum a muitos outros moradores do município de Vera Cruz. Gevaldo é um exemplo de superação, pois conseguiu não mais fazer parte do percentual de 16,08% de analfabetos do município,

segundo o Censo 2010. E que com muita determinação, mesmo constituindo família prematuramente, fator citado por umas das fundadoras do Quilombo Ilha, Eremita Oliveira, como dificultador para o segmento dos estudos, hoje está concluindo o ensino superior em uma Universidade pública.

Outra história que chama atenção é a de Darlem Costa (39), que atribui a sua defasagem escolar a problemas relacionadas as mudanças nas estruturas das escolas públicas na época em que ingressou no ensino médio e a sua indecisão em que qual carreira seguir:

“ Sempre estudei em escola pública até quando ao ingressar no ensino médio, por não querer fazer o antigo magistério fiquei um ano sem estudar. No ano seguinte fui estudar num colégio particular como bolsista, que minha mãe conseguiu através da igreja, fiquei lá até o segundo ano no qual fui reprovada, no ano seguinte fui estudar em Salvador no colégio Central, quando queria fazer o curso de arquitetura, só que naquele mesmo ano todas as escolas públicas adotaram o curso de formação geral, ao acabar o ensino médio acabei forçadamente a fazer o curso de pedagogia em uma faculdade particular. No sétimo semestre do curso abandonei e resolvi fazer o cursinho Pré- vestibular Quilombo Ilha para tentar fazer o curso na área de artes na Universidade pública (UFBA). No cursinho conheci o curso de Serviço Social no qual me identifiquei, cursei e acabei de concluir em 2016”. (COSTA, 2016).

Tanto Gevaldo quanto Darlem creditam sua aprovação no vestibular a metodologia adotada pelo Pré- vestibular Quilombo Ilha, visto que os\as mesmos\as julgam as escolas onde estudaram os ensinos fundamental e médio, muito ineficazes no processo de ensino. Edvaldo Santos (31), conta que esses espaços escolares foram mais importantes para ele para conquistar amizades do que para aprendizagem:

“As maiores partes das escolas da minha cidade são verdadeiros espaços de se mutilar sonhos, eu sempre estudei e trabalhei e com exceção de pouquíssimos professores, nossas escolas não incentivam e nem alimentam sonhos, todo o direcionamento reside no discurso de entrarmos no mercado de trabalho, tendo como opção o mercado local, são escolas que não tem compromisso com uma formação cidadã, com a formação de sujeitos políticos socialmente inseridos em suas comunidades. E pecam de maneira aberrante no compromisso de formar mão de obra, nossas escolas não formam nem para a vida nem para o trabalho, isso faz com que a experiência com essa escola se torne algo, como uma mera experiência de espaço de socialização dos múltiplos sujeitos que por força, muitas vezes da lei, o que não é o meu caso, precisem frequentar esse espaço. Logo essa experiência tá muito nos laços de amizade que se constrói pela convivência, que numa relação propriamente de espaço de ensino e aprendizagem ”. (SANTOS,

2016).

Essa fala de Edvaldo é um relato que resume o que foi dito anteriormente sobre os espaços escolares ofertados aos/as afro descendentes. Em sua maioria, ineficazes, desmotivadores, que não atuam pedagogicamente com o fomento de uma formação política e cidadã. Os fatos acima relatados por Edvaldo é ocasionado segundo Eliane Cavalleiro (2005, p.98 Apud Cardoso; Silva 2011):

“ Os/as envolvidos/as no cotidiano escolar apresentam um pensamento orientado e influenciado pela estrutura racializada da sociedade, ou seja: a existência do racismo é negada e os seus efeitos prejudiciais, tanto para Negros/as quanto para brancos/as, não são reconhecidas, por ultimo, recai sobre as pessoas negras discriminadas superar solitariamente as discriminações e constrangimento.

Claudia Ponz Cardoso e Zuleide Paiva da Silva (2011) chamam a atenção da importância da escola como espaço de transformação social:

“ Devido ao seu papel na produção e reprodução de diferenças de gênero, de sexo e de raça, mas principalmente, em função da sua importância e da potencialidade para a desconstruções dessas desigualdades ”.

Segundo ainda Ponz Cardoso e Paiva da Silva (2011), as pedagogias feministas são um caminho para reconstrução desses espaços, pois:

“Possibilitam o rompimento com o pensamento dicotômico, hierarquizante e excludente e permitem mais arranjos diversificados e inclusivos ”. Mas que segundo ela faz parte de um processo, “ A desconstrução de estereótipos é uma das mais difíceis tarefas enfrentadas pelas educadoras/es, e muitas/os não conseguem avançar e acabam presas/os ao senso comum. Algumas vezes, as discussões se ampliam e as/os professoras/es se vêem obrigadas(os) a colocar suas opiniões, seus entendimentos pessoais sobre relações raciais e questões relativas à sexualidade, a partir do seu cotidiano e, nesses embates, acabam por trazer, em suas falas e práticas, visões distorcidas sobre as desigualdades entre negros e brancos, heterossexuais e homossexuais, na sociedade brasileira,”(CARDOSO;SILVA ,2011p.62) postura muito das vezes, decorrente de seu processo de formação.

O Pré- Vestibular Quilombo Ilha além de ministrar aulas com os conteúdos preparatórios para prova do vestibular propõe aulas de reforço escolar nas disciplinas de Português e Matemática, com o intuito de sanar as deficiências que esses\as estudantes adquiriram nos ensino fundamental e médio. A estudante Helem Moreira

(27), também atribui sua aprovação a metodologia de ensino do projeto:

“ Fui estudante do EJA (Educação de Jovens e Adultos), qual não prepara os estudantes para fazer os vestibulares, no entanto, hoje estou me formando no curso de Pedagogia. Só posso atribuir esse êxito ao Quilombo, conseqüentemente a sua metodologia de ensino, pois muitos assuntos que tive no cursinho nunca tinha visto na escola ”.(MOREIRA,2016).

Quando perguntado os/as entrevistados/as sobre o quesito cor, todas/os se auto declararam como pretos/as, negros/as, como mostra a tabela 3:

TABELA 7 – Cor dos/as Ex- estudantes

Cor	Freqüência	Porcentagem
Preta (o), Negra(a)	18	100,0%
Não informado	0	0,0%
Total	18	100,0%

Isso é creditado as aulas de CCN, que impulsionou a esses/as ex- estudantes do Quilombo Ilha um auto reconhecimento de identidade, pois antes se identificavam como pardos/as. Essa auto- afirmação é muito importante pelo fato de que mostra uma evolução no processo de reconhecimento, antes e isso empodera as pessoas envolvidas, que antes se viam como pardos, morenos e até “ cabo- verde ” a lutar por seus direitos e segundo Helem Moreira (27):

“ Foi o CCN que me ensinou a não ter vergonha de dizer que sou negra e ter orgulho disso, me ensinou a deixar bem claro, o meu lugar de fala de mulher negra, De olhar para meus semelhantes como sujeitos sociais, formadores de opinião, isso é que o CCN nos ensina” (MOREIRA,2016).

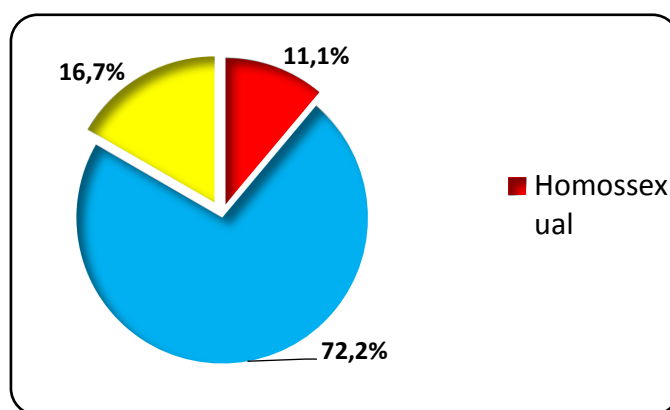
Segundo Edward Telles é:

“Necessário usar alguma marca de identidade étnica seja ela idioma, religião, cor da pele ou nacionalidade para que o grupo defina suas fronteiras com o fim de buscar seus objetivos coletivos. Quanto mais marcos houver, quanto mais claramente elas, distinguirem aos grupos, mais forte a ser identidade. (...) (TELLES 2003)

Ao serem questionados/as em relação a sua orientação afetivo- sexual, a maioria se identificam como Heterossexual, um pouco mais de 15% não responderam, suponho

que essas pessoas ainda não se sentem seguras ao serem indagadas sobre essa temática, mesmo com os debates do CCN. Isso acontece, pois é latente em nossa sociedade que mesmo com a difusão em relação ao assunto, a discriminação velada é muito evidente, pois a atitude homofóbica, em geral, vem acompanhada pela frase ‘não tenho nada contra, mas...’. Geralmente, há um discurso fundamentalista religioso, de forte apelo moral, que faz afirmações como ‘as pessoas bissexuais não sabem o que querem’ e ‘os homossexuais são quase sempre promíscuos, e isso na verdade é que inibe as pessoas a se referenciar ou não como homossexuais, neste caso uma porcentagem bem menor se identificou como.

GRÁFICO 6 – Orientação afetivo- Sexual



FONTE: Questionários Aplicados, 2016.

Um dos poucos a se auto-referenciar como homossexual foi Moises Daumerie (21), que atribui isso as aulas de CCN:

“A minha auto – aceitação como jovem negro e homossexual é reflexo do senso crítico e reflexivo adquirido nas aulas de CCN e através dela pude me tornar agente multiplicador do empoderamento. Vale ressaltar que o contato com essa disciplina me despertou a buscar na academia espaços de discussões e militância em raça e LGBTT. (DAUMERIE, 2016).

3.2- APRENDER A DIZER, QUEM SOU!

A questão que envolve a militância foi abordada nos questionários, perguntado aos/as ex-estudantes do Pré-Vestibular Quilombo Ilha se participam de entidades do

Movimento Negro, a maioria disseram que não, mas atuam no Quilombo Ilha, que é uma entidade do movimento negro, de viés sócio- educacional. Como mencionado anteriormente, esses/as ex- estudantes atuam na instituição desde que foram aprovados/as no vestibular, seja como monitores/as, auxiliando-nos tarefas administrativas ou como colaboradores/as que dão suporte nos eventos e ações desenvolvidas no projeto.

Dentre os/as entrevistados/as que já são formados/as, duas fazem parte do corpo docente da instituição, uma é Marinilda Gomes (26), que é recém- formada no curso de Letras Vernáculas, atualmente mestranda em Literatura e Cultura ambos pela UFBA, é titular da disciplina de Literatura do Pré – Vestibular Quilombo Ilha, a outra é Eliene Santana (28), uma das primeiras alunas do projeto a adentrar uma universidade, cursou Letras Vernáculas com Espanhol e Língua Portuguesa para Estrangeiros na UFBA, cursos que renderam para ela grandes conquistas, como viajar para o México para aperfeiçoamento profissional e ministrar aulas para os médicos estrangeiros do Programa Mais Médicos, do Governo Federal, e hoje é professora da disciplina de Espanhol no projeto.

Dentre os/as entrevistados/as que sinalizaram participar de entidades do movimento negro, fazem parte de instituições que nasceram por iniciativas de ex- estudantes do próprio Quilombo Ilha. O ex- estudante Adenilson Souza (24), disse participar da AEITA – Associação dos Estudantes da Ilha de Itaparica, que surgiu em 15 de novembro de 2013, com objetivo primordial de lutar por melhores condições de acesso e permanência ao Ensino Superior e Técnico para os jovens da Ilha de Itaparica, especialmente àqueles que dependem dos veículos de travessia Ilha de Itaparica-Salvador para o desenvolvimento de suas atividades. Sua proposta surgiu de algumas reuniões entre um grupo de estudantes universitários, ex- estudantes do Pré- Vestibular Quilombo Ilha, que há alguns anos, discutiam acerca da necessidade de uma iniciativa voltada para as necessidades do público estudantil, sem fins lucrativos e sem caráter partidário.

A AEITA destaca-se na Ilha de Itaparica, por diversas atividades no que tange os direitos dos estudantes e por campanhas de cunho social, incluindo as questões

raciais e dos menos favorecidos da ilha. Segundo Israel Neves (29) também oriundo do Quilombo Ilha, presidente da Associação:

“As demandas são diversas, constantes e intensas. A Ilha de Itaparica sofre com um passivo histórico muito extenso e profundo, que demanda tempo, esforços e muita cooperação para que haja, ao menos, uma amortização parcial deste déficit. Neste contexto, a AEITA coloca-se como veículo de transformação da realidade existente, através de ações inovadoras, conscientes e focadas. O anseio é por uma consolidação do ideal de união para transformação, de organização social como meio de revolução, do trabalho em equipe como estratégia para alcançar os objetivos comuns. Por isso, o lema da Associação resume-se a: *“AEITA - Juntos somos mais fortes, juntos podemos mais!”* ”. (NEVES, 2016).

Outra iniciativa que podemos destacar, é o Grupo de Arte e Poesia “Negritude em Nós”, citado por Moises Daumerie (21), que faz parte do grupo, além de ser um dos seus fundadores. Segundo ele:

“O Grupo Negritude em Nós, nasceu por nós ex-estudantes do Pré-Vestibular Quilombo Ilha, que entendemos que a opressão se combate todos os dias, todas as horas e de todas as formas, e escolhemos a poesia como sua forma. Nosso grupo é comprometido com a abordagem das questões de negritude, gênero e preservação da Ilha de Itaparica da forma mais criativa, lúdica e crítica possível.”

A atuação do grupo “Negritude em Nós” através de suas poesias libertárias, emancipadoras e que combate a todas as formas de opressão, podem também ser creditadas ao CCN, visto que os ensinamentos adquiridos nas aulas da disciplina como raça, gênero, direitos das mulheres, fazem parte do conteúdo das poesias.

Ao ver a juventude da Ilha de Itaparica, entender-se enquanto grupo social discriminado, e disseminar ainda, mas o trabalho do Quilombo Ilha, através da AEITA e do grupo Negritude em Nós, aprimorando suas capacidades de mobilização e unificação de reconhecimento social e político, identificamos ai, o que Stromquist (2002) chamaria de dimensão política do empoderamento, ou seja, uma consciência de coesão de grupo.

A dimensão política do empoderamento torna-se segundo Gohn (2005 p.30) para os atores envolvidos e para as instituições:

Um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova.

Essa coesão de grupo adquirida no Quilombo Ilha através do CCN, que impulsionou articulações e formação política, é entendida como “sujeito coletivo no sentido de uma coletividade, onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1988, p.55).

Os assuntos trabalhados no CCN são suma de importância na formação étnica cidadã, do real conhecimento da história e importância do continente africano para o fortalecimento da ancestralidade e da identidade negra, como também a história das lideranças negras. Ao ser perguntado aos/as ex-estudantes se gostavam das aulas de CCN, foram unânimes em dizer que sim. E em relação aos diversos assuntos trabalhados na disciplina, foi perguntado qual eles/as mais gostaram, dentre as respostas destacamos três que chamaram a atenção pelo entendimento da conjuntura das questões raciais pelos/as os/as entrevistados/as. A ex-estudante Renata Amaral (40), destaca as teorias raciais e as leis abolicionistas:

“As teorias raciais século XIX (Nina Rodrigues, e Darwin)

A abolição da escravatura (Lei Aurea)

As teorias raciais escritas no século XIX me chamou atenção porque pude perceber como a história do Brasil foi escrita desde seus primórdios de forma preconceituosa com os negros. Quando de várias maneiras quiseram comprovar que o negro era um ser inferior. Os estudos de cientistas como Nina Rodrigues, Darwin, entre outros, tentaram provar através de pesquisas cerebrais em crânios de muitos negros que este já tinha no seu DNA uma pré-disposição ruim, quando os mesmos herdavam características negativas desde seu nascimento com seus valores morais “já comprometidos”. Nesse sentido, do ponto de vista de tais teorias, os negros eram seres perversos, maldosos bárbaros por natureza e jamais chegaria ao progresso. A evolução só estava destinada ao homem branco de origem européia.

Diante de tais características negativas imbuídas pode observar que a história é escrita de cima para baixo, uma história fragmentada que sempre negou a contribuição cultural e econômica dos negros nos seus escritos, me levando a cada dia que passa a indignação e a observá-la de forma crítica lutando junto com o movimento negro pelos meus direitos que nos foram negados ao longo da história.

Sobre a Lei Áurea o que me chamou atenção foi que durante minha trajetória no ensino fundamental e médio foi me ensinado, particularmente nos livros didáticos, que a princesa Isabel era uma mulher que merecia honra porque libertou os escravos. Dessa forma, muitas vezes tinha de responder questionários e a pintar a figura da mesma como forma de homenagem. Quando na verdade a princesa era uma dona de escravos, que com as leis abolicionistas, Revoltas escravistas e a pressão estrangeira a mesma não tinha outra saída a não ser libertá-los.

Tais conhecimentos foi me passando durante as aulas de CCN, com professores sempre mediando a turma, possibilitando que enxergue a história de maneira crítica e reflexiva. Algo, que tem contribuindo muito no meu processo de formação. " (AMARAL, 2016).

Adquirir censo crítico e reflexivo é um importante pilar no processo de construção introduzido pelo CCN, pois através dele, além de analisarmos o contexto político e social atual, também nos permite refletir sobre a nossa história, e como podemos aprendê-la sem as omissões que nos são impostas desde nosso nascimento, adquirir essa visão crítica da sociedade que nos cerca, segundo Stromquist (2002), é essencial, o que ela chamaria de dimensão cognitiva do empoderamento, que quando nos é aguçado a forma de pensar e se torna o ponto de partida para alcançar os demais.

Segundo Ana Alice Costa (2000), a dimensão cognitiva do empoderamento:

" Baseia-se na compreensão da subordinação, assim com as causas desta em níveis micro e macro da sociedade. Envolve a compreensão de ser e a necessidade de fazer escolhas mesmo que possam ir de encontro a expectativas culturais e sociais. Este componente cognitivo do empoderamento também inclui um novo conhecimento ". Reconhecer que vive numa sociedade que sempre te nega oportunidades em virtude da cor de sua pele, de sua condição financeira, social e por sua orientação sexual é o grande legado do CCN, mas também formar sujeitos/as de direitos com subsídios para combatê-las.

Já Vagner Almeida (21), destaca as lutas por igualdades:

"Muitos assuntos foram esplendidos para mim, mas o assunto que mais me conduziu a uma autonomia negra, foi o processo de igualdades de direitos no EUA, com as lideranças de grupos militantes de Malcon X, Martin Luther king, Rosa Parks, e os panteras negras além de muitos outros". (ALMEIDA, 2016).

Marlison Carvalho (23), relata que os assuntos referentes a negritude foram imprescindíveis na sua auto- afirmação como negro:

“ Os assuntos voltados pra área da negritude, porque apesar de ser negro, não me identificava como tal. Hoje sei que essa não identificação está ligada a um processo histórico de negação da importância que os negros tiveram na construção do país, bem como, o fato de terem sua imagem sempre associada a estereótipos subalternizantes nos veículos de empresa, e também nos livros didáticos. Por isso que as pessoas não se identificam com aquilo que não se tem beleza, com uma cultura e região demonizada. Esses são alguns dos marcadores culturais que faz com que os próprios negros neguem sua ascendência étnica. Que se desconstrói somente a partir de um processo de politização, embasado num referencial teórico que nos possibilita o questionamento dessa estrutura ideológica de base racista que inferioriza os grupos que estão fora do raio dos padrões de civilização aceitável. Para que possamos ter uma visão crítica de tudo isso, e reformular nossos conceitos.”(CARVALHO, 2016)

Podemos entender desses relatos é que, o CCN conseguiu quebrar estereótipos fortemente impregnados, principalmente no que se refere à estética e a beleza, fatores esses, que sempre nos tirou a confiança positiva, e que segundo Stromquist (2002), essa é a dimensão de empoderamento psicológico, aquela que envolve a construção de sua auto- imagem. As histórias de vidas de personalidades negras, também é um instrumento valioso, pois são esses exemplos que inspiram a nos libertar desse ideário de inferioridade.

A dimensão psicológica está ligada a questão da auto-estima, pois vivemos em uma sociedade que te rejeita por não estar nos padrões estabelecidos, que você já nasce sabendo que é feio/a, pois então esse componente psicológico é responsável segundo Ana Alice Costa (2000):

“Pelo desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem por em prática a nível pessoal e social para melhorar sua condição, assim como a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças: autoconfiança e auto-estima são fundamentais ” . Ao adquiri-las o/a sujeito/a proclama o início para os proventos intelectuais, financeiros e políticos, essa auto-confiança alcançada é o que impulsiona isso.

A disciplina de CCN aborda esses assuntos de diversas formas, não somente no formato convencional de sala de aula, como também através de rodas de conversa, palestras, dinâmicas, aulas de campo, visto isso, conclui-se, que esses mecanismos contribuem para a disciplina possuir uma postura pedagógica diferenciada das demais. No que se refere a isso, o ex- estudante Marlison Carvalho (23), ressalta o

enriquecimento adquirido com as aulas, através das diferentes ferramentas utilizadas:

“ Sim. Acredito que maneira como a disciplina é conduzida se torna bastante interessante e didática ao mesmo tempo, porque ultrapassa os modelos de aulas expositivas tradicionais na qual se tem somente um professor expondo o assunto e os alunos tendo uma ínfima participação. Nesse sentido, as aulas do CCN são bastante prazerosas e enriquecedoras porque é problematizado assuntos do nosso cotidiano, fatos que lidamos no nosso dia a dia. Não ministrada somente pelo professor, se tem também a participação de convidados para participar das discussões visando o enriquecimento dos debates, e uma participação ativa dos estudantes. Além de vídeos documentários, filmes e tantas outras ferramentas importantes na aprendizagem. ”(CARVALHO, 2016)

Ainda em relação a postura pedagógica do CCN, Renata Amaral (40), reconhece que a participação nas aulas de outras pessoas que passaram dificuldades na vida, e que venceram através da educação é importante na construção de sua identidade:

“ Na proposta pedagógica do CCN estão incluídas várias atividades que contribuiu na minha formação, enquanto vestibulando. Além das aulas ministradas pelos professores, estão incluídas também, atividades de campo, na qual acabamos saindo um pouco da parte teórica e experenciar outros saberes aprendidos na prática, como o entendimento de um pouco da história colonial do Brasil, através do Centro Histórico (Pelourinho). Vídeos-documentários da temática trabalhada, e a presença de outros profissionais, professores da Steve Biko engajados com as questões raciais, que tinha o propósito da debater sobre a temática do negro, que foi de grande importância, não só para meu acesso ao ensino superior, como também na minha formação enquanto mulher, negra, no cumprimento de meu papel na sociedade. ”(AMARAL, 2016)

Em resumo, podemos concluir que essa postura metodológica conduzida pela instituição no direcionamento da disciplina, foi um alicerce na mudança de posicionamento desses/as ex- estudantes, isso ficou bem explícito ao vermos como eles/as avaliam o processo de ensino- aprendizagem realizada pela disciplina. Conclui-se também, que esse pensamento engajado foi adquirido com esse contato, e ao chegarem nas universidades já possuíam pelo menos um norte de suas realidades e de seu lugar de fala.

Em virtude disso, eles/as destacam as contribuições que adquiriram com o CCN, e que puderam utilizar como ferramentas a seu favor no mundo acadêmico. Essas

contribuições são das mais diversas formas, que vão desde enriquecimento para transformação social até condicionante de preparação e empoderamento pessoal.

No refere-se a empoderamento pessoal, destacamos Adenilson Souza (24) que diz:

“Cheguei chegando”, cara pra cima, e disposto a enfrentar todas as barreiras implantadas pelo sistema, cheguei com a moral e a autoestima alta, o Quilombo Ilha me proporcionou a um futuro de conquistas”.(SOUZA,2016).

Essa fala só faz enaltecer o potencial que o CCN possui em promover a transformação social, já Marlison Carvalho (23), além de reconhecer isso, ele destaca também que o CCN contribui para a mudança de seus posicionamentos, como também para definir seu papel no mundo e na universidade:

“O CCN foi para mim o início de um processo de transformação pessoal. A maneira como me posiciono nas inter-relações pessoais e no mundo, se atentando para o local de fala, foi sem dúvida a partir desse espaço de formação. Esse processo a priori me fez desconstruir uma mentalidade a qual entendia que, as políticas de reparação social eram somente para humilhar ainda mais pessoas que delas se beneficiavam, sem se quer ter a compreensão de todo o processo histórico de exclusão que esses grupos foram vítimas, que justifica a necessidade de tais políticas compensatórias

O CCN foi muito importante para minha construção enquanto pessoa e acima de tudo, ter a clareza do papel enquanto intelectual negro em processo de formação, frente as singularidades de uma sociedade, racista, machista, sexista, misógina, homofóbica desigual etc. O CCN me proporcionou entrar na universidade com as ferramentas necessárias pra lidar, conviver, se não sobreviver dentro desse espaço, segregacionista, racista e propulsor de exclusão de minorias. Porque se a gente não tivermos a autoestima trabalhada no sentido de fortalecimento, estaremos muito vulneráveis a desistir desse local, conseqüentemente dos nossos sonhos. Então, não há dúvida que o CCN foi muito importante para definição de meu papel na universidade e no mundo, no que tange a responsabilidade no fortalecimento da luta contra todos os tipos opressão ”. (CARVALHO, 2016)

Essa forma de afirmar o lugar de fala desses/as jovens, talvez seja o grande legado de promoção do CCN, pois eles/as destacam isso, na maioria de seus relatos, pois chegar a um espaço como universidade entendendo de seus direitos, deveres, reconhecer os desafios a serem enfrentados é um ganho imensurável para a vivência acadêmica. Em relação a isso, Renata Amaral (40), destaca que conseguiu obter esse ganho através das aulas de CCN:

“O aprendizado adquirido durante as aulas de CCN, foi de suma importância, uma vez que aguçou meu senso crítico, principalmente no entendimento da universidade enquanto um espaço que foi construído não para adentrar pessoas iguais a mim, enquanto mulher, pobre, preta e de periferia. De maneira que acaba proporcionada a exclusão dessas minorias, a medida que não garante a efetividade das políticas de acesso e permanência para os mesmos. Dessa maneira, o CCN me fortaleceu a lutar contra esse sistema opressor que nega nossos direitos. Nesse sentido, as dificuldades enfrentadas durante esse processo me levaram a entender de maneira crítica que o engessamento das políticas públicas, tem lá suas particularidades contraditórias. Assim, observando esses obstáculos não desistir na busca de meu espaço na sociedade”. (AMARAL, 2016)

Ainda em se tratar do reconhecimento do seu lugar de fala, destaco o relato de Helem Moreira (27), que evidencia isso, mais vai além ao trazer a questão da auto-estima, mas principalmente da nossa ancestralidade e sua importância para o processo das lutas antirracistas, como também ter adquirido o reconhecimento da importância do Quilombo Ilha em sua vida através do CCN:

“O quilombo ilha como o próprio nome diz, é um espaço de refúgio para a população negra, de forma que, contribua para conscientização racial. O maior instrumento para alcançar tal objetivo é o componente curricular em questão. O CCN contribui para a elevação da minha auto-estima enquanto mulher negra, além de apresentar a história afro-brasileira, africana e da diáspora, evidenciando o papel povo negro para o processo de “reorganização e estruturação” do país. Tais conhecimentos fomentou a motivação pela luta antirracista qual hoje sou militante”. (MOREIRA, 2016)

Em linhas gerais, ao notar essas declarações podemos destacar que o CCN, contribuiu de forma decisiva na vida desses/as jovens ex-estudantes do Pré-vestibular Quilombo Ilha, no tange a forma de pensar e de agir, ao desenvolver seu potencial autocrítico do mundo ao seu redor, mas principalmente a formação de referências, que saíram de seu município ainda em tímido desenvolvimento, e estão ocupando lugares de destaque nos espaços acadêmicos ao qual estão sendo inseridos/as, mas o importante é que estão usando isso, para dar um retorno a cidade de Vera Cruz, formando lideranças que já brilham hoje e que já são exemplos para os/as semelhantes de agora e de amanhã.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pré- Vestibular Social Quilombo Ilha demarca seu espaço na história da educação do município de Vera Cruz há exatos 10 anos, e vem contribuindo efetivamente para reparar as desigualdades sociais e raciais que os/as munícipes desta terra enfrentam ao longo de suas vidas.

O trabalho efetivo do Quilombo Ilha tem a educação como bandeira de atuação política, e vem desde sua fundação vem cumprindo esse papel, possibilitando aos/as estudantes negros/as desta terra o acesso ao ensino superior, e principalmente formando seres sociais capazes de lutar em prol de intervenção política, coerente que está formando cidadãos/ãs conscientes de seu lugar de fala.

Muitas dos objetivos alcançados pelo Pré- vestibular Quilombo Ilha é fruto da atuação da disciplina de Cidadania e Consciência Negra que fomenta o reconhecimento político desses/as jovens e trabalha a questão da autoestima, com intuito de empodera-los/as para a vida, dando-lhes subsídios para enfrentar as questões sociais tão desiguais instauradas nesse país desde seus primordes.

Para uma das fundadoras e eterna coordenadora a professora Eremita Oliveira dos Santos Costa " O CCN é a válvula impulsionadora do Quilombo, ele nos faz sonhar, nos realiza, faz do nosso povo gente".

A pergunta norteadora desse trabalho monográfico foi investigar quais foram as contribuições do contato com a disciplina de Cidadania e Consciência Negra trouxe para os ex- estudantes do Pré- vestibular Quilombo Ilha que adentraram ao ensino superior de 2006 a 2015 e como isso contribui para se posicionarem nos diversos setores da academia em que foram inseridos/as. De acordo com o proposto

conseguimos identificar a influência do CCN na atuação acadêmica, profissional, cidadã e política desses/as ex- estudantes, pois eles/as reproduzem no dia- dia nas Universidades os princípios e ensinamentos extraídos das aulas de CCN, tal qual que muitos/as deles/as já ocupam lugares de destaque dentro da academia e também já são lideranças dentro do município de Vera Cruz.

O reconhecimento por parte dos/as ex- estudantes que tiveram a oportunidade de fazer parte desse projeto é imenso, pois foi o Quilombo Ilha e a disciplina de CCN que estimulou neles/as a valorização do ser negro/a, de que morador/a da Ilha também pode sonhar com um futuro menos desigual, foi o CCN que destituiu deles/as os mitos e os fatos fantasiosos que englobam a história do negro/a da África e da diáspora.

O Quilombo Ilha é um sonho mais que consolidado em Vera Cruz, mas que ainda objetiva algumas conquistas, dentre elas a formalização da doação de um terreno para a construção da Sede Própria, adquirir um financiador sólido, visto que ultimamente é mantido pela ajuda de custo paga pelos/as estudantes e do apoio da Prefeitura e da Igreja Católica que gentilmente cede o espaço da Casa Paroquial.

Em suma, o contato com o CCN, é o grande legado adquirido por quem pelo Quilombo Ilha passa, e os principais ganhos sem dúvida são: A consciência negra, combate ao racismo, incentivo a auto-estima, reconhecimento social, cultural e político, uma educação emancipadora e libertária que desde sua criação no Instituto Cultural Steve Biko vem calcando resultados positivos, visto que a mesma anteviu a Lei 10.639/03, por isso que sugiro a adoção dessa disciplina na grade curricular de ensino de Vera Cruz como alicerce de formação política e para melhor disseminar os princípios dessa Lei tão importante para a luta antirracista.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social- Uma discussão conceitual. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. 174

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. [2000-]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eaa/v24n2/a02v24n2.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2005.

CARDOSO. Claudia Ponz; SILVA. Zuleide Paiva da. Pedagogias Feministas no combate ao racismo e as desigualdades de gênero: Uma abordagem perspectivista. In: Gênero e diversidades na gestão educacional / Ana Alice Alcântara Costa, Alexnaldo Teixeira Rodrigues, Elizete Silva Passos, organização. - Salvador : UFBA-NEIM, 2011.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero. Pró- Gavião, NEIM/REDOR, 2000.

COSTA, Emilia Vioti. Da senzala á colônia. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

DAYREL, Juarez. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília (Coord). Juventude e escolarização (1984 – 1998). Brasília: Inep 2002. (Estado do conhecimento, 7).

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia* – o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOHN, Maria da Glória. Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 53-77, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.bibli.fae.unicamp.br/etd/AR03.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2005

GOHN, M. G.. *O Protagonismo da Sociedade Civil*. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. "Ação Afirmativa, aspectos jurídicos: In, ABONG. Racismo no Brasil. São Paulo: ABONG, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Ações Afirmativas: dois projetos voltados para a juventude Negra. Livro: Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica /organização, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. –Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. *Cad. Pesquisa*. Mar 2003, nº. 118, p. 247-268

GUGLIELMI, Grayce. O Significado do curso pré-vestibular para o aluno indeciso quanto a profissão. Criciúma, 2004.

HASENBALG, Carlos Augusto. Discriminação de desigualdades raciais no Brasil. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1979.

JARDIM, Drielly. Revista on-line Palmares Fundação Cultural, MNU: 34 anos de luta contra o preconceito racial, 06 de junho de 2012.

LEÓN, Magdalena de (2001). "El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género". *La Ventana*, no. 13, pp.94-106

LIMA, Márcia. Ações Afirmativas e **Juventude** Negra no Brasil. Cadernos Adenauer (São Paulo), v, 2015

LOBO, Bárbara Natália Lage. A discriminação Racial no Brasil: Verdades e Mitos, Belo Horizonte, 2003.

NUNES, Georgina Helena Lima Nunes. Educação Quilombola. In: MEC. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006. p. 139-161.

MENEZES, Paulo Lucena de. A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano. São Paulo: RT, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG). *Pesquisasocial: Teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Alexandre do. *Negritude e cidadania: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares*. In: ROMÃO, Jeruse. *Histórias da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Secad, 2005. p 139-156.

NASCIMENTO, Guimário dos Anjos. *Cidadania e Consciência Negra no Instituto Cultural Steve Biko*. Monografia Apresentada ao Curso de Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira Fundação Visconde de Cairu. Salvador 2007. In.: <http://www.geledes.org.br>. Acessado em 20/05/2012.

NUNES, Georgina Helena Lima Nunes. Educação Quilombola. In: MEC. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006. p. 139-161.

Oubi inauê Kibuko, 2016 <http://tamboresfalantes.blogspot.com.br/2016/07/1978-2016-38-anos-de-resistencia-e-luta.html> 38 anos do mnu

OLIVEIRA, Eduardo Hp de. Além, do nada: Estado, raça e ação afirmativa. O racismo no Brasil: a democracia em questão. Caderno n. 23. Nov. 1997

OLIVEIRA, Gleicielle da Silva, FERREIRA, Shagaly Damiana Araújo; *Quilombos Contemporâneos: Diálogos entre passado e presente em uma perspectiva educacional de resistência*. Eixo Temático: Educação, Sociedade e Práticas

Educativas. V colóquio internacional educação e contemporaneidade São Cristóvão-SE 21 A 23 DE SETEMBRO DE 2011.

PROGRAMA PLURIANUAL- PPA de Vera Cruz 2014- 2017. Diagnóstico Socioterritorial - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Agricultura e Pesca de Vera Cruz.

PROPOSTA PEDAGÓGICA DE CIDADANIA E CONSCIENCIA NEGRA. Quilombo Ilha, 2013.

PIOSEVAN, Flávia Cristina. Ações Afirmativas e direitos humanos. Revista Usp, São Paulo nº 69. Março/maio 2006.

RAMOS, Larissa. Quilombo Ilha: uma porta aberta para a universidade. Salvador 2015.

RELATÓRIO FINAL DO ENCONTRO NACIONAL DA JUVENTUDE NEGRA. Novas perspectivas na militância étnicas - Racial- Lauro de Freitas-BA, 2007.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Cidadania e Constituição: "as cores da revolução constitucional do cidadão". Belo Horizonte, 1999.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho; TRINDADE, Azoilda Loretto. *Educação Fundamental*. In: MEC. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006. p. 53-75.

RODRIGUES, Eder Bomfim. Ações Afirmativas nos EUA e legitimidade no Brasil. Artigo resultante da monografia " As Ações Afirmativas e a Inclusão Social dos negros no Brasil. Belo Horizonte, 2005.

SABOIA, Gilberto Vergne; PORTO, Alexandre José Vidal. A conferência de Durban e o Brasil. DISPONIVEL: dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/DH-Portugues03.pdf 2002.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Vestibular em cotas: Análise em uma instituição pública federal: REVISTA USP. São Paulo, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia. In " O impacto das cotas nas Universidades Brasileiras; .orgs Jocélio Teles dos Santos, Salvador, 2013.

SANTOS, Ivanir dos; MEDEIROS, Carlos Alberto. " Privilégios ameaçados ". O Globo, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2001.

SINTUFRJ. Universidade para trabalhadores: Pré-Vestibular SINTUFRJ. Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

STROMQUIST, Nelly P. Education as a means for empowering women. Routledge de p. 22- 38, 2002.

TELLES, Edward. Racismo á brasileira: Uma nova perspectiva sociológica. Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro. 2003

WWW.cursoprevestibularquilomboilha.com.br

